

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018:** _____

---Aos **trinta** dias do mês de **abril** do ano **dois mil e dezoito**, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pela Segunda Secretária da Mesa, Jaquelina Casado Afonso Areias. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino,
Tito Alfredo Evangelista e Sá,
Luciana Brochado Azevedo, em substituição de Paulo Fernando Alves Marques,
António José Pereira Morgado,
Ótilio Silva Hipólito, em substituição de Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,
Manuel Miranda Losa,
Fernando Manuel da Silva Carvalho,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Carlos Jorge Vicente Capitão,
Manuel José Cepa Pires Carneiro,
Baltasar Almeida Costa,
José Manuel Cruz Silva,
José Maria Losa Esteves,
Elisabete Ferreira Martins Santos,
Tânia Sofia Lima Mota,
Carla Alexandra Sá Pereira Morais Miquelino, em substituição de João Eduardo Pinto Felgueiras,
Manuel José Sampaio Viana,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 21 horas e 15 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação

desta, bem como dos Vereadores:

Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
António Sérgio Moreira Mano,
Rui Manuel Martins Pereira, em substituição de Fernando João Couto e Cepa,
Maria Angélica Barros Tomé da Cruz,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa e
António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.-----

O Presidente da Mesa comunicou aos presentes a renúncia do mandato apresentada à Mesa pelo Deputado Municipal e Primeiro Secretário da Mesa, Paulo Fernando Alves Marques, pelo que propôs a introdução de um ponto para eleição de membro para a Mesa da AM para substituir o membro renunciante.-----

Colocado à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----
Foi apresentada uma proposta pelo Grupo Político do PPD/PSD, designada pela letra "A", a indicar o Deputado Municipal António José Pereira Morgado, para ocupar o lugar de Primeiro Secretário da Mesa.-----

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, COM 17 VOTOS A FAVOR, 4 VOTOS BRANCOS, 1 NULO E 8 ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA DESIGNADA PELA LETRA "A", E ASSIM, ELEGER COMO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE O SENHOR DEPUTADO MUNICIPAL ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA MORGADO.-----

Constituída a Mesa iniciaram-se os trabalhos.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2018 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e seis de fevereiro de 2018 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2018.-----

Por não terem estado presentes não participaram da votação os senhores deputados municipais Luciana Brochado Azevedo, Otilio Silva Hipólito e Carla Alexandra Sá Pereira Morais Miquelino.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal, referindo ainda, que já tinha dado também conhecimento no início da sessão, do pedido de renúncia que chegou à mesa apresentada pelo Deputado e membro da Mesa da Assembleia Municipal, Paulo Marques, a quem agradecia o trabalho desempenhado nas funções de membro e de Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, endereçando um agradecimento pessoal e institucional da Mesa, ao membro que agora cessa o seu mandato.-

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Penteado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, apresentando a declaração que se transcreve:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Começo esta minha intervenção com duas felicitações: - ao Agrupamento de Escolas António Rodrigues Sampaio que venceu o Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2017, um prémio de cariz nacional, criado pela CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social) e à Escola Básica do Facho, nomeadamente os seus alunos do segundo ano, em Apúlia, que venceu a 2.ª edição do projecto “Ensinar a segurança, preservar a vida”, também um prémio de cariz nacional, promovido pela Associação Nacional de Centros de Inspeção Automóvel (ANCI).

Senhor Presidente da Câmara felicitamos V.Ex.ª pela confiança que os Autarcas Social-Democratas em si depositaram escolhendo-o para ser seu representante no Conselho Nacional do PSD o que traduz, sem dúvida o seu prestígio como autarca e relevância do nosso concelho no Poder Local. Também sabemos que, tudo aponta para isso, irá ser chamado a participar no Congresso do Conselho da Europa: Câmara dos Poderes Locais e Câmara das Regiões. Como esposendense e eleito local só posso ficar honrado com a sua presença nestes organismos de prestígio.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Nesta Assembleia já tivemos oportunidade para apresentar a nossa posição, sempre cautelosa, quando se fala de regionalização ou mesmo de descentralização. Achamos que este assunto deve ser tratado sem ambiguidades, sem pressa e sempre com diálogo aberto entre o Poder Central e o Poder Local. As nossas dúvidas, as dúvidas desta Assembleia Municipal já aqui foram apresentadas e tratadas em Comissão Permanente por consenso e aprovadas por unanimidade na reunião de 26 de Junho de 2017.

Sabemos que recentemente, a 18 de Abril, foi assinada uma declaração conjunta entre o PSD e o PS sobre este assunto. Queremos, no entanto, reafirmar que continuamos a entender a

descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional, a pugnar para que o tema da Regionalização volte à discussão pública, exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana e a rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. Estes princípios estão, e ainda bem, consagrados nos dois eixos que enformam o referido documento. Esperamos, no entanto, que questões de estratégia política não venham a introduzir alterações que prejudiquem o bom desempenho do Poder Local.”-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista, do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

“Na primeira sessão que tivemos da Assembleia Municipal, eu falei sobre o desenvolvimento económico e está em ata o que eu disse, até agora, infelizmente ainda não vi nada nesse aspeto anunciado, ou feito pela Câmara.

Na última sessão falei da importância dos rios, quer do Neiva quer do Cávado, desse ativo estratégico que temos, que é o nosso maior ativo, que é o rio Cávado e até agora não vi evoluções, já passou mais de um oitavo deste mandato e nada sobre isso.

Vou falar agora a nível cultural que eu acho que, Esposende está a esse nível a falhar!

Está a falhar em termos estruturais, porquê?

Nós fazemos exposições ao arquiteto Viana de Lima no Museu Municipal, temos uma casa museu Viana de Lima, mas permitimos que se destrua o património edificado e projetado por Viana de Lima. Nós temos um artista Esposendense que fez 100 anos, o Belemino Ribeiro, e a Câmara Municipal esteve completamente ausente das comemorações. Nós temos um trabalho sobre o Banho Santo em Mar, para elevação a Património Imaterial da Humanidade e não se ouve notícias sobre o aspeto, apesar de ter sido anunciado com pompa e circunstâncias. Nós tínhamos uma rua em Esposende, chamada rua da Ribeira que era mais antiga do que Esposende e que foi eliminada e para meu espanto vi no relatório hoje das contas da Esposende Ambiente que a rua da Ribeira passou a chamar-se Travessa Conde Agrolongo. É uma rua mais antiga que Esposende, ainda Esposende não existia como vila ou freguesia.

Há 25 anos atrás, a Câmara de Esposende e o Município de Esposende não tinha infraestruturas e justiça se faça ao antigo Vereador da Cultura Dr. Neiva, que na altura apesar de nós não termos nem biblioteca, nem museu, nem auditório, não tínhamos nada, os recursos eram todos afetados a essa área e ainda se fazia alguma coisa. Hoje, apesar de termos tudo, temos uma quantidade de infraestruturas para fazer muito mais, nós estamos a falhar a toda a linha.

Sugeri na primeira reunião aqui, que fosse valorizado o nome de Agustina Bessa Luis que aqui morou e escreveu tantos anos em Esposende e do pintor Henrique Medina, até hoje nada e já passaram cinco meses sobre essa minha intervenção.

Passaria agora para as ecovias.

As ecovias são excelentes, o problema é que aqui em Esposende tem havido uma incompetência total na gestão das ecovias. Quem vai ver a ecovia que está a ser feita entre o Ofir e a Apúlia, destruíram o passeio e em vez de criarem um passeio na parte ocidental relativamente ao pinhal, estão a destruí-lo para fazer a ecovia e a estreitecer a via que já de si é estreita, eu quero ver como é que as pessoas na altura de férias vão estacionar os carros, vai

ser o caos no verão e eu pergunto porquê, se ali até havia condições para fazer uma obra muito melhor?

Em Fão a ecovia foi até Fonte Boa, chegou à ponte e parou, não continuou, vai da ecovia para norte, chega a Rio de Moinhos, pára. Em Mar pára a ecovia e só volta em Antas e já que falamos em Mar, eu só gostava de saber porque é que a Câmara de Esposende editou um boletim de informação em que apagou Mar?

Mar é uma freguesia fundadora do concelho de Esposende, neste jornal tem as freguesias todas litorais, algumas até interiores e Mar desapareceu, nem praia tem. E já que falamos nisso, eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara que estratégia tem para as praias do concelho, nomeadamente para a praia de Mar. Trouxeram cá o Presidente da República para inaugurar aquela obra, que é uma obra inacabada, que não tem parque de estacionamento e a praia de Mar que é uma praia fundamental, uma praia conhecida pelo banho santo em todo o país, não existe, até da própria propaganda municipal desapareceu.

Já agora, gostava de colocar outras questões relacionadas com obras, como por exemplo a obra em frente à farmácia de Fão, que foi adjudicada há sete meses e continua por fazer, numa situação de risco, para peões, para transeuntes, uma obra de primeira necessidade, gostava de saber porquê, qual é o critério de oportunidade de interesse público, porque não se faz a obra?

Também gostava de saber por que razão é que estão a popular em Esposende e no concelho de Esposende, anexos aos estabelecimentos de restauração, que eu chamaria mais marquises em cima dos passeios. Passeios públicos que foram muitos deles criados com cedência de particulares para a criação dos passeios e se, um dia destes algum particular que cedeu o passeio se lembrar de pedir à Câmara a reversão do terreno e uma indemnização, porque a que propósito é que existem, e não é só na freguesia de Esposende, existe em Esposende, em Fão, em Marinhas e por aí fora, os passeios, as zonas para os peões, estão ocupados com prolongamentos, muitos deles tipo marquises, caixote de vidro ou de plástico, para prolongar um estabelecimento comercial em cima de passeios cedidos por particulares e às vezes até construídos pelos próprios particulares, com condições de licenciamento, por que razão é que isso está a acontecer?

Gostava também que me dissessem por que razão é que, a Postura de Trânsito em Apúlia, na zona em frente à Escola C+S foi alterada de maneira a criar um conflito de entrada, em que tem uma entrada para três vias conflituantes, nomeadamente na hora de ponta, por que é que foi feito isso e por que razão está assim.

Para terminar, só felicitar o Senhor Presidente da Câmara, pela eleição que teve para o Conselho Nacional do PSD, para os novos órgãos e nomeadamente para o Conselho da Europa como disse o Sr. Dr. Albino Neiva, acho que é muito bom para Esposende, mas agora percebo o porquê de nunca se encontrar o Sr. Presidente da Câmara, está em viagem, tem muitos afazeres externos ao Município, esperemos que o Município não se ressinta desse tipo de ocupações, que são sempre boas, desde que o tempo seja bem gerido.”-----

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Cepa Carneiro, do Grupo Político do PCP, apresentando uma recomendação seguida de moção que se transcrevem:

1 - RECOMENDAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS DA AGREGAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE ESPOSENDE AO CENTRO DE SAÚDE DE BARCELOS E O ACES BARCELOS/ESPOSENDE BAIXO-CÁVADO III.-----

*“Ex.mo Sr. Presidente da AM de Esposende e restantes elementos da mesa
Ex.mo Sr. Presidente da CM de Esposende e restantes elementos da vereação presentes
Ex.mos Srs. Elementos da AM
Minhas Senhoras e meus Senhores.*

Com a trágica decisão de agregar os centros de saúde e os centros escolares para poupar e pagar a dívida contraída com as instituições agiotas e as negociatas de políticos e banqueiros, a instituição de saúde de Esposende foi agregada ao Centro de Saúde de Barcelos com a designação de ACES Barcelos/Esposende Baixo-Cávado III perante a indiferença das entidades locais bem como da população em geral que agora se lamenta quando necessita dos serviços de saúde mais relevantes e tem de rumar a Barcelos.

Enquanto esperamos por uma reorganização dos serviços de saúde assistimos, com indiferença, à degradação do edifício da antiga sede concelhia (telhados com ervas, persianas a cair, canalizações degradadas, azulejos decorativos em falta ou descolados, etc).

Porque consideramos um dever da autarquia assumir a defesa do pouco que nos resta, embora se tenha mantido sempre alheada, recomendamos à Câmara Municipal de Esposende uma tomada de posição junto das entidades responsáveis do ACES no sentido de tomar medidas que obstem à continuação da degradação do citado edifício público.”-----

2 - MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS.-----

“Sob a capa da «municipalização» dos serviços públicos e com recurso ao abastardamento da ideia de descentralização, o governo preparou um extenso pacote de transferências de competências da Administração Central para as autarquias locais – definir a natureza, o âmbito e os níveis de atendimento de cada um dos serviços à que essas transferências respeitam, planear os equipamentos e infraestruturas necessárias e, nalguns casos até, determinar os recursos humanos especializados necessários são áreas em que as competências se mantêm centralizadas.

O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira.

Aliás, a inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constitui um obstáculo a uma efectiva descentralização que é urgente resolver.

Escondida sob o canto da sereia do alargamento de poderes e competências das autarquias, a mesma afirmação permanece, em todas as situações: do processo não pode resultar aumento da despesa pública.

O que significa que a transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas: longe de visar uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, consistirá, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiam encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projectos de diplomas do governo que visam transferir competências para as autarquias locais, a AM de Esposende, reunida a 30/04/2018 delibera:

- 1. Reclamar uma descentralização efetiva, condição essencial para o desenvolvimento local e regional, que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações.*
- 2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto factor indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias.*
- 3. Rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expectativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos.*
- 4. Expressar as maiores reservas quanto a transferências de competências de mera execução (física e financeira) mantendo o poder de decisão, em última instância, no Governo e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local.*
- 5. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.”-----*

De seguida fez a intervenção política que se transcreve:

Homenagem ao 25 de Abril de 1974

*“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Esposende e restantes elementos da mesa,
Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Esposende e restantes elementos da vereação,
Ex.mos Srs. Elementos da Assembleia Municipal
Minhas Senhoras e meus Senhores,*

No passado dia 25 deste mês comemorou-se o 44º aniversário da revolução do dia 25 de Abril de 1974, movimento desencadeado pelas patentes intermédias das forças armadas e secundado de imediato pelo movimento popular em quase todas as cidades deste país.

Tive a felicidade de assistir e participar, desde as 11h desse dia, em grande parte das movimentações a decorrer na cidade do Porto onde então estudava e residia, mesmo em frente ao antigo quartel de transmissões.

Foi um dia de grande expectativa, pela indefinição das intenções do movimento, da reacção das forças então dominantes e da aceitação pela população da modificação em curso.

No fim do dia era claro que a situação se tornara irreversível e que o regime deposto não tinha os apoios que julgava.

Como iniciar um processo democrático num país com cerca de 50 anos de ditadura fascista?

O MFA por si só teria capacidades para implementar um regime democrático?

Povo e MFA

Iniciou-se um processo de democratização que, embora já patente em algumas universidades graças à luta estudantil iniciada no fim da década de 60 e continuada na década de 70 do século passado, era completamente inexistente na restante sociedade civil.

A libertação dos presos políticos, a extinção da PIDE/DGS e toda a teia com ela relacionada, a extinção da legião, o fim da censura, a ilegalização da união nacional.

A legalização dos partidos (não há democracia sem partidos), e sindicatos, a liberdade de associação e de reunião, a substituição dos dirigentes a nível nacional, distrital, concelhio e das juntas de freguesias (a chegada apressada de novos democratas), o fim da guerra colonial, a independência das colónias (nem mais um soldado para o ultramar: desertar com armas), etc.

Em todo o lado nasceu uma vontade de modificar este país e o resultado é visível apesar dos múltiplos percalços que, entretanto, o foram aparecendo, quer interna quer externamente.

Agora, 44 anos após a revolução dos cravos, nós, AM de Esposende, somos um exemplo vivo das conquistas de Abril sem comparação possível com os tempos tenebrosos e persecutórios do Estado Novo.

Porque somos um concelho em que os reflexos do desenvolvimento, então um dos “3 dês” do programa do MFA, muito se fez sentir, apesar do ostracismo constante do distrito, propomos uma saudação ao movimento histórico designado pelo 25 de Abril.

A AM de Esposende reunida em sessão plenária em 30/04/2018 saúda o 25 de Abril de 1974 reconhecendo o inestimável papel dos Capitães de Abril para o desmantelamento da estrutura anquilosada do “Estado Novo-fascista” e a projecção em todos os sentidos das sementes da modernidade.

Obras do bairro IGAPHE

No seguimento da conclusão da 1ª fase das obras de requalificação do bairro IGAPHE alguns moradores do referido empreendimento expressaram-me a sua preocupação sobre a previsão para a finalização da empreitada.

Neste sentido, gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre a estimativa do executivo para essa finalização.”-----

Interveio depois a Sr.ª Deputada Municipal, Tânia Mota, do CDS-PP, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Boa noite a todos,
Os meus cumprimentos,
Exmo Sr Presidente da Assembleia Municipal,
Exmos Senhores Deputados Municipais,
Exmo Sr Presidente da Câmara Municipal
Exmos Senhores Vereadores da Câmara e
Cumprimentar também a Mesa,*

Hoje, começarei por dedicar tempo a lamentar o facto de o meu município não ter lembrado ou comemorado o 25 de Abril.

Antecipando a intervenção ou resposta do Senhor Presidente de Câmara, é muito o interesse ou apreço pelo que representa o 25 de Abril.

Como democrata, reconheço a grande importância da concretização dos valores de Abril. A este propósito, é bom reconhecer que a esquerda mais à esquerda não conseguiu substituir uma ditadura de direita por uma de esquerda.

E, aqui chegada, é também essencial prestar homenagem à “contra-revolução” de Novembro que teve o seu papel e o condão de recentrar os princípios de Abril.

Sem Abril, não teríamos a abertura um Portugal diferente, democrático, livre, pluralista, moderno e leal ao projecto europeu.

Isto dito, relevante é dizer, que não celebrar Abril, é não celebrar o acesso à educação, nomeadamente à educação superior, é não celebrar o acesso à saúde, ou o pleno exercício dos direitos civis.

Abril não foram apenas cravos, não ignoro o que considero motivações menores da revolução, mas por certo, não fora Abril, muito provavelmente, hoje seria outra qualquer coisa que não advogada.

Não se veja nas minhas palavras qualquer tipo de elitismo balofo, até porque muito respeito quem não teve oportunidade de aceder a mais e melhor educação ou formação, e apenas utilizo o meu exemplo para que se alcance na reflexão de um eventual caso concreto, que não sendo filha ou familiar de Drs., não fora Abril e a minha geração e as que a precederam que não estivessem nessas condições, não teria tido a possibilidade de ser aquilo que almejava e para que trabalhou.

Abril, entre outros, representa investimento do Estado na educação e formação, na saúde, representa o pleno exercício dos direitos civis, representa a reposição do papel da mulher na sociedade.

Não fora Abril e permaneceríamos num país virado para o passado e sem o progresso que hoje conhecemos.

Por isto e por mais que haveria a dizer, lamento Senhor Presidente, que mais uma vez Abril tenha sido ignorado.

Ou, poderíamos falar de uma comemoração inédita de Abril, que se fez graças ao bom tempo, na nova praia que o nosso concelho viu nascer.

Queria também mais uma vez, voltar a umas das pendências do Executivo, na expectativa de que foi já possível dar o passo que urge dar:

Aquando da última AM, em 26.02.2018, o Senhor Presidente, em resposta a uma questão levantada respondeu o seguinte, e cito: “Quanto à questão do Centro de Negócios nós estamos

a negociar essa situação e na próxima semana sairá o concurso público para a obra nesse mesmo espaço, porque estamos a precisar mesmo muito dessa intervenção”.

Assim, pergunto: A negociação está em que ponto? Menos do que concluída não será aceitável.

A negociação envolveu ou consistiu exactamente em quê?

Entretanto vou falar-lhe também do mapa judiciário, ou de organização judiciária, e falo disto porque, penso que o Senhor Presidente terá disso conhecimento, porque é público, que estão em análise alterações, à orgânica judiciária, na tentativa de devolver algumas competências a alguns dos tribunais. Como sabemos Esposende tem um tribunal com excelentes condições, mas que viu serem-lhe retiradas várias competências. Quanto a essa parte, tenho a lamentar o facto de, no devido tempo o executivo ter até cedido carrinhas dos serviços municipais para fazer o transporte dos processos que aqui estavam pendentes e, como é bom de ver, não me parece que essa devesse ser a posição do Município. Mas, atendendo ao facto de que, Esposende tem um excelente tribunal, com excelentes condições, neste momento os cidadãos são obrigados a deslocar-se para outras localidades e fazer bastantes quilómetros, para verem resolvidos os seus litígios, nomeadamente as questões de família e muitas outras. Perante esta situação e perante o facto de tudo isto estar em cima da mesa em análise, pergunto se, o executivo está atento e sensibilizado para fazer a necessária pressão junto do Ministério da Justiça, para garantir que o seu tribunal, no futuro não esteja votado ao desaparecimento e é disso que se trata Sr. Presidente, porque a pendência de processos neste nosso tribunal é cada vez menor e se esta situação não for acautelada, amanhã e amanhã é o futuro, podemos ver-nos na contingência de vir a perder o tribunal, e amanhã será tarde. Muito obrigada.”-----

De seguida, interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Sandra Bernardino, do Grupo Político JPNT, começando por fazer a intervenção política que se transcreve:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhoras e senhores Deputados Municipais
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e senhores vereadores
Minhas senhoras e meus senhores*

Creio que todos já reparamos que o Sr Presidente da Câmara gosta de fazer comparações relativamente aos mandatos anteriores.

Na presença do relatório de gestão do ano de 2017, estamos, finalmente, na posse de todos os elementos para fazer o balanço do último mandato e, já agora, a comparação com o anterior.

E para isso, vamo-nos socorrer de gráficos e números, conforme documentos que já foram distribuídos aos Srs Deputados, requerendo-se que fiquem anexados à ata desta sessão.

Atentem, por favor, nesses gráficos. Atentem, por favor, nos números que aí constam.

Assustador, não é?

Vejam, a título de exemplo que, relativamente ao mandato anterior (2010-2013) as despesas anuais com o pessoal aumentaram 66.587€, perspectivando-se que este valor venha a ser muito maior em 2018. Não são despesas transitórias, são despesas que se fixam para o futuro.

Vejam que, comparativamente a 2013, registou-se em 2017 um aumento de 2,87 milhões de euros das despesas correntes, que são, essencialmente despesas de funcionamento.

Já para não falar com os encargos com estudos, projectos, pareceres e consultoria. Vejam a diferença entre 2013 e 2017. Em 2017 foram gastos mais de 600 mil euros, dos quais 383.298€ em avenças. Incrível!

E quanto aos encargos com publicidade e trabalhos gráficos? No mandato anterior a Câmara Municipal gastou 1.643.736€. Comparem o valor gasto em 2013 (98.404€) com o valor de 2015 (497.029€). São só mais 400.000€. 400.000€ por anos deitados, literalmente, para o lixo.

E quanto à iluminação pública? Afinal, em vez de se reduzir os custos, o Plano de Gestão Sustentada de Energia, resulta num aumento destes encargos?

Notem, agora, nos apoios às instituições e à transferências para as Juntas: No mandato 2013-2017 as instituições receberam menos 2.143.754€ que no mandato 2009-2013. E foram transferidos menos de cerca de 600 mil euros para as Juntas.

Considerem agora os impostos: no mandato anterior pagamos mais 4,5 milhões de euros em impostos directos, nomeadamente IMI, IMT e IUC.

E não obstante este aumento de receita, a Câmara Municipal ainda teve a coragem de, em apenas 3 anos (2015 a 2017), cobrar aos munícipes mais 604.322€ do que aquilo que necessitava em tarifa de resíduos sólidos. Verdadeiramente escandaloso!

O que nós pretendemos com estes gráficos é, somente, alertar para os factos. Sem filtros, sem explicações, apresentando apenas números.

Analistem com cuidado e digam-me, sinceramente, se consideram que esta é a gestão que melhor serve o nosso concelho. Se é a gestão que melhor serve as pessoas deste concelho.

Passemos agora aos gráficos do Plano Plurianual de Investimentos.

Desde logo, não podemos deixar de concluir que, no último mandato, a gestão dos investimentos foi claramente eleitoralista: 2,5 milhões em 2014; cerca de 3 milhões em 2015, menos de 2 milhões em 2016, mas em 2017, caramba, cerca de 4, 5 milhões! Sr Presidente da Câmara, acha que andamos todos a dormir?

Mas comparem este gráfico com o do mandato anterior (2010-2013): 5, 6 milhões em 2010, cerca de 4,2 milhões em 2011 e 2012 e cerca de 5,8 milhões em 2013.

E perante estes números, Sr Presidente da Câmara, que o Sr conhece tão bem, já que ambos os relatórios foram assinados, apresentados e aprovados por si, como é que tem a ousadia de afirmar que o ano de 2017 registou o maior investimento da última década?

Eu até podia aqui usar a palavra mentira. Não o faço por recato. Mas não posso deixar de dizer, Sr Presidente da Câmara, que o Sr tem algum problema com a verdade.

Tenho dito.”-----

De seguida apresentou a recomendação que se transcreve:

***1 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE REVEJA COM CARÁTER DE URGÊNCIA AS TARIFAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS.*-----**

“A análise dos relatórios de gestão do Município permite concluir que até 2014 a prestação de serviços de recolha e deposição em aterro sanitário dos resíduos sólidos era deficitária, ou seja, a receita arrecadada pelo Município com a cobrança da Tarifa de Resíduos Sólidos era inferior à despesa originada pelo serviço de recolha e pela deposição dos resíduos em aterro. Podemos dar como exemplo o ano de 2013 em que a diferença entre a receita e a despesa foi de cerca de 435.000 euros, valor que o Município teve de financiar recorrendo a outras receitas.

Acontece, porém, que em 2015 esta tendência sofreu uma inversão, passando a receita a ser substancialmente superior à despesa. Esta inversão deveu-se à redução da quantidade de resíduos recolhidos e depositados em aterro, logo à quantidade de resíduos produzidos pelos munícipes, e essencialmente ao aumento exponencial da receita resultante da cobrança da Tarifa de Resíduos, que como se sabe não está indexada à quantidade de resíduos gerados, mas sim à quantidade de água consumida e faturada.

Incompreensivelmente, em apenas 3 anos, entre 2015 e 2017, o Município cobrou aos esposendenses mais 604.000 euros em tarifas de resíduos do que aquilo que necessitava. Ou seja, desde 2015 que o Município tem um lucro significativo, estando a penalizar fortemente os munícipes, que estão a pagar muito mais por um serviço do que ele realmente custa.

Esta gestão financeira que tem sido implementada pelo Município contraria completamente o discurso a que temos assistido nos últimos anos de que tem estado sempre presente uma política social e fiscal de apoio às famílias. Sinceramente não nos parece que, por exemplo, se ter cobrado em 2017 mais 367 mil euros aos esposendenses em tarifas de resíduos sólidos do que aquilo que o Município gastou efetivamente com o respetivo serviço de recolha e com a deposição em aterro seja ter preocupações sociais.

Neste sentido, propomos que a Assembleia Municipal, reunida na sua sessão de 30 de Abril de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal que reveja com carácter de urgência as Tarifas de Resíduos Sólidos, procedendo à sua redução, de forma a que a receita seja equivalente à despesa, impedindo assim que a receita proveniente da cobrança destas tarifas esteja a financiar outro tipo de despesas do Município.”-----

Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs à Assembleia Municipal, prorrogar o período de Antes da Ordem do Dia por mais trinta minutos, nos termos da lei, para a intervenção política ainda em falta, e para votação das recomendações e da moção apresentada, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Interveio de seguida o Sr. Presidente de Junta da União de Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos, Mário Fernandes, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Senhor Presidente da Mesa e demais elementos da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Caros colegas membros da Assembleia,*

Venho, enquanto representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, dar a conhecer a atividade dessa comissão, para dizer então, em termos de informação, que a comissão reuniu no passado dia 16 de março, na Câmara Municipal, onde estiveram presentes todos os membros dessa comissão, a Câmara Municipal, ICNF, BVE e BVF, Associação Florestal, GNR e Assembleia Municipal.

Foi tratado e elaborado o POM - Plano Operacional Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Esse plano foi aprovado em comissão e foi enviado ao ICNF, entidade que tem que o aprovar e segundo informação que recolhi hoje mesmo, esse documento ainda não veio aprovado.

Foi também abordado nessa reunião da comissão, o Regulamento de Critérios específicos de Gestão de Combustíveis no nosso Município e a Gestão do Substrato Arbóreo na Rede Viária

Florestal Municipal.

Apenas para dar conhecimento da representação que faço da Assembleia Municipal nesta Comissão. Obrigado.-----

Terminadas as intervenções políticas, pelas vinte e duas horas e vinte minutos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos, para conferência de líderes.-----

Pelas vinte e duas horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, colocando à votação os assuntos propostos no período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - RECOMENDAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS DA AGREGAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE ESPOSENDE AO CENTRO DE SAÚDE DE BARCELOS E O ACES BARCELOS/ESPOSENDE BAIXO-CÁVADO III.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PCP, COM 16 VOTOS CONTRA DOS 17 MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, 10 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, E 4 VOTOS A FAVOR DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, DOS SENHORES PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DE FORJÃES E DE VILA CHÃ E DE 1 MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PPD-PSD.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD está perfeitamente consciente da necessidade que há em proceder, o mais rápido possível, a obras de conservação do edifício do Centro de Saúde de Esposende; a recomendação apresentada pela CDU, válida neste aspecto, peca pelo excesso de linguagem politizada, trazendo para esta recomendação acusações com as quais não partilhamos. Para votarmos esta recomendação, pedimos à bancada da CDU para que retirasse aquele texto introdutório. Dado a posição irredutível daquela bancada, não nos restou outra atitude senão o Voto Contra.*”-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstemo-nos não porque estejamos contra a essência da proposta apresentada, mas porque não concordamos com o modo e o teor, principalmente do primeiro parágrafo.*”-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Exatamente pelos mesmos motivos, abstemo-nos não pela proposta em si, até acho que podia ser votada favoravelmente, mas pela redação da mesma.*”-----

Pelo membro do Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstenho-me não, porque não concorde com a redação do primeiro parágrafo, até concordo com ela, no entanto os considerandos que trouxeram aqui à liça, com esses discordo e por esse motivo não me é possível votar favoravelmente.*”-----

2 - MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PCP, COM 22 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP E 8 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO CDS-PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DE FORJÃES E DE VILA CHÃ.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD está perfeitamente consciente da necessidade que há em reiniciar o processo de diálogo sobre questões que se prendem com a regionalização, transferência de competências ou mesmo de desconcentração de serviços. Aliás esta Assembleia Municipal, em reunião de 26 de Junho de 2017, aprovou, por unanimidade, uma moção neste sentido, apresentada pela CDU e trabalhada em sede de Comissão Permanente. Porque é o mesmo assunto que ora se apresenta nesta Moção, não poderíamos deixar de a votar julgando, no entanto, que não seria necessário reforçar uma posição já assumida em Assembleia anterior.”*-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstemo-nos porque a moção faz alusão a diplomas legais que não são conhecidos e que nem foram ainda aprovados, razão pela qual não consideramos reunidos os requisitos para um voto favorável.”*-----

Pelo membro do Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstenho-me porque esta moção tem vários pontos com os quais não posso concordar, pese embora haja outros que merecem concordância, mas, como também referido pelo PSD, tendo sido um assunto já anteriormente abordado nesta Assembleia, se mantém a intenção de voto então formulada.”*-----

1 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE REVEJA COM CARÁTER DE URGÊNCIA AS TARIFAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS.--

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO JPNT, COM 17 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, 5 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E DO PCP, E 8 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO CDS-PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA DE VILA CHÃ E DE FORJÃES.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O partido Socialista abstém-se nesta proposta porque entendemos que os serviços de TRSU's não deve ser um negócio da Câmara, mas também entendemos que, atendendo ao figurino que existe em Esposende, indexando essas tarifas ao consumo de água, estar a reduzir pura e simplesmente as tarifas, iria beneficiar os residentes do Concelho, mas também iria beneficiar muitos que por ventura têm habitações, que são segunda habitação de pessoas que vêm cá passar férias,*

enchem piscinas e que têm o pagamento de saneamento e de lixo, em função de altos consumos de água. Portanto, julgamos que, não sendo um objetivo direto da Câmara ganhar dinheiro com a tarifa de resíduos, o que a Câmara deverá fazer e essa é a nossa proposta, é que se altere este regime no sentido de que, o saldo desta cobrança a mais, de tarifa de resíduos relativamente ao custo de recolha e deposição, seja distribuído pelas freguesias do concelho em função da respetiva capitação, desse modo consegue-se obter dois fins que eu considero importantes, por um lado, usar a segunda habitação como uma forma de participar nos custos com o desenvolvimento do Município, não onerando demasiado os residentes e por outro lado, beneficiar as freguesias que com essas receitas poderão melhorar em muito as tarefas de limpeza urbana e rural e essas receitas no fundo, não deixam de ser para o mesmo sentido, embora distribuídas de uma forma julgo eu, mais equitativa e que poderá melhorar o desenvolvimento do concelho de Esposende.-----

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Uma vez que, qualquer serviço público na realidade não deve ter nenhum ganho, eu percebo que este possa tê-lo, sobretudo por aquilo que disse o Dr. Tito, mas a Câmara deverá converter estes ganhos, ou parte destes ganhos, deveriam reverter para que, sobretudo no verão, pudéssemos dar outras condições de receção aqueles que nos visitam.*”-----

Pelo membro do Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstenho-me porque mais uma vez esta recomendação tem alguns considerandos relativamente aos quais não tive oportunidade de fazer a respetiva análise, não tenho certezas absolutas sobre os considerandos e nessa medida não me é possível também votá-la favoravelmente.*

Abstenho-me não porque considere que o Município tenha que ganhar dinheiro com estas tarifas, mas penso também que esta é uma questão que tem que ser analisada na globalidade, e naquilo que diz respeito às questões da política da água, uma vez que é indexado o preço àquele consumo. O que é facto é que estas questões devem ser analisadas na globalidade, é esse o motivo da proposta e por isso abstenho-me, relativamente aos números também tenho que dizer que, não os tendo confirmados não me é possível votar favoravelmente.-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a informação apresentada é totalmente elucidativa, disponibilizando-se para prestar esclarecimentos a quaisquer dúvidas dos Senhores Deputados Municipais.-----

Pede esclarecimentos o Senhor Deputado Municipal Tito Evangelista, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente da Câmara, em primeiro lugar dizer-lhe que se esqueceu de colocar aqui na informação das atividades da Câmara o famoso concurso de papagaios de papel para comemorar o 25 de abril.

Como é possível a Câmara de Esposende, no dia 25 de abril comemorar o 25 de abril com papagaios de papel? Até nos mupis aparece essa publicitação, é inacreditável como é que a Câmara não faz nada no 25 de abril e faz um concurso com papagaios de papel!

Depois, há outra questão que já coloquei ao Senhor Presidente da Câmara e não sei de quem é a autoria, já lhe disse isto há duas sessões, mas fica mal aos advogados e aos juristas, nos processos judiciais em curso em que a Câmara é parte, estar sempre indicada como arguido em todos os processos, mesmo quando são processos cíveis, ações administrativas, a Câmara é arguida em quê? Que eu esteja aqui a ver pela numeração, até nem é arguida em nenhum. É uma imprecisão que fica mal.

Outra questão que lhe queria chamar a atenção tem a ver com as empreitadas em curso e parafraseando uma figura muito conhecida do meu partido, eu diria que é muito poucochinho, mas para além de ser muito poucochinho é muito atrasadinho.

Repare só:

“Ecovia do Cávado-Homem, troço de Esposende - 1ª fase

- data de consignação: 2 de novembro de 2016 (nós estamos em 2018)

- prazo: 150 dias (já vamos para aí nos 700)

- execução física 50%”

Depois, mais outra ecovia:

“Ecovia Litoral Norte, troço Fão e Apúlia

- data de consignação: 29 de fevereiro de 2017 (já fez 1 ano, em fevereiro)

- prazo: 324 dias

- execução física 10%”

Senhor Presidente, isto é inadmissível, sobretudo num concelho com tão pouca obra em curso, com tanta disponibilidade, tantos meios técnicos, ainda há casos brutais destes.

Mais, na Ecovia entre Fão e Apúlia, que está a ser mal executada e que devia ter começado logo a seguir ao verão, no sentido de ficar concluída antes do verão, todos nós sabemos o que é o troço entre Fão e Apúlia, entre Ofir e Cedovém, eu gostava também que me explicasse o que é que vai fazer em frente aos estabelecimentos comerciais na zona de Cedovém, que passa a ecovia em frente à porta?

Onde vão aquelas pessoas estacionar os carros, quer os que vão para a praia, quer os que vão aos estabelecimentos comerciais.

Onde vão colocar os autocarros que vão com as crianças para as praias, depois de estreitecer a via, numa altura em que se fala de alargamento de vias e naquela estrada, principalmente no verão que tem um movimento enorme, estreitaram a via, porquê? Qual é a razão técnica que justifica isso? Qual é o impedimento de construções pré-existentes que justifica isso? É estragar o futuro, ainda por cima numa obra que está orçada em mais de um milhão de euros.

Há pouco, eu falei da questão de Mar, da Ecovia que pára em Rio de Moinhos e depois só volta a aparecer em Antas, as Ecovias são importantes para o concelho, mas é preciso fazê-las e quanto mais cedo melhor, não é tarde e a más horas, nem chegar a certo ponto, parar as obras e esperar que um dia aconteça.

Desculpe Senhor Presidente, mas estas questões têm que ser esclarecidas, e eu comecei por aí, não é uma questão de pormenor, é uma questão de “pormenor”, no próximo 25 de abril, por favor, não o comemore com concursos de papagaios de papel.”-----

Intervenção de seguida a Senhora Deputada Municipal Tânia Mota, tendo colocado as questões que se transcrevem:

“Estranhei, confesso, que não esteja na informação escrita do Senhor Presidente, a informação que veio no “jornal habitual” logo na capa, “Câmara garante construção da

rotunda do Mini Preço”, deve ter sido por lapso.

Depois, não consigo perceber porque é que da informação escrita do Senhor Presidente não constam os ajustes diretos ou os eventuais concursos públicos do período, apesar de eu saber que estão no Basegov, não se considerará relevante dar informação à Assembleia sobre o dinheiro que é gasto através de ajustes diretos, em consultorias, em vários tipos de projetos de especialidade, não é importante dar essa informação à Assembleia? Essa informação não é relevante? A mim parece-me que é, e estranho que ela não conste aqui. Era relevante percebermos quantos milhares de euros é que no período da informação escrita, foram por essa via entregues a terceiras entidades.”-----

Por último pediu esclarecimentos a Senhora Deputada Municipal Sandra Bernardino, nos seguintes termos:

“Começo por perguntar o que se passa com a obra do canal da zona nascente, por que razão ainda não foram pagos os terrenos já negociados, por que razão foram feitas alterações a alguns relatórios de avaliação dos terrenos que já tinham sido entregues pelo perito contratado e que já tinham sido integrados no processo de expropriação e quero saber se, afinal o canal vai ou não ser construído e, se sim, quando? E depois de o canal já estar construído, se for construído, a que distância terão que ser implementadas as novas construções? Pergunto, também, se os terrenos não vão perder capacidade construtiva por força da passagem de uma linha de água.

Pergunto, ainda, em que ponto está a construção do Parque da Cidades e a aquisição dos Moinhos da Abelheira.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Digníssima Mesa,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Cumprimentar também o Executivo aqui presente,
O público,*

Eu vou tentar ser breve, são muitas interpelações e muitas questões para serem respondidas, obviamente não conseguirei responder a todas, mas vou tentar responder ao máximo de questões possível, dentro do tempo razoável, dependendo também do tempo que o Senhor Presidente da Assembleia me conceder para responder.

Em primeiro lugar agradecer ao Dr. Penteado Neiva a referência que fez aos cargos que acabei por ocupar e aceitar há uns tempos a esta parte, dizer-lhe que, fica para mim o conforto de não ser eu a oferecer-me para esses cargos, eu considero que ao indicar-me, estão a indicar Esposende e não o Benjamim Pereira enquanto pessoa, acho eu, e portanto sinto-me muito orgulhoso por poder estar a representar o meu concelho nesses diversos órgãos, mesmo que tenham uma conotação partidária, acho que fica sempre bem e fico muito feliz também

por outras forças partidárias poderem desempenhar cargos relevantes, acho que fica sempre bem para o nosso município. De resto, não posso acompanhar o Dr. Tito quando diz que, o facto de estar a desempenhar esses mesmos cargos implica um afastamento do município, não tem nada a ver uma coisa com a outra, muito pelo contrário, implica um acesso a informação que muitas vezes é relevante para se conseguir atingir objetivos importantes para o bem da nossa comunidade e do nosso município. Sem trabalho não há nada e, portanto, as coisas são assim mesmo e para quem se dedica a 100% àquilo que faz, há sempre tempo para tudo.

Do Senhor Deputado Tito Evangelista, em relação ao desenvolvimento económico só dar-lhe nota que, pela primeira vez, quando eu assumi a Câmara Municipal, começou a falar-se de desenvolvimento económico no concelho de Esposende mais a sério, não é uma tarefa que se possa desenvolver e fazer em meia dúzia de dias, nós temos tomado um conjunto de iniciativas importantes, podem não ser muito visíveis, mas nós temos inclusive o nosso Regulamento de Incentivo à fixação das empresas, temos feito um esforço muito grande na agilização do licenciamento, não vou repetir aquela ideia de que não somos um município de vocação empresarial, somos muito mais do que isso, de uma forma muito mais diversificada, estamos a fazer um trabalho sério em relação a esta matéria e que está a ter os seus frutos, basta olhar para aquilo que são, no fundo, os indicadores do desemprego no nosso município, e da atividade económica em si mesma, e do número de empresas que têm surgido também, porque é muito relevante o número de novas microempresas que têm aparecido, mas há um conjunto de empresas que têm surgido nos últimos anos no concelho de Esposende, muito relevante aos quais não é alheia também, a nossa política fiscal em relação às empresas, e volto a falar da derrama, porque o facto de não cobrarmos derrama, é relevante para as empresas que se querem fixar no nosso concelho.

Quanto à questão do Cávado e do Neiva, nós temos feito aquilo que é possível em relação a estes dois cursos de água, de forma direta e indireta, obviamente que os projetos das ecovias, podem acusar-me que as empreitadas demoram muito tempo, mas isso só quem nunca passou por cá é que acha que é fácil. Os processos são difíceis, é muito difícil conseguir o financiamento, isto só para lhe dizer que, a ecovia do Cávado em concreto, é uma forma de valorização do rio, como nunca foi feita até à data, e posso dizer que fomos o único município, ou primeiro, dos seis municípios do Cávado, da CIM do Cávado que, começaram por desenvolver um projeto para a ecovia do Cávado, todos apresentaram candidaturas, todas foram chumbadas, exceto a de Esposende, veja lá! Portanto, não há qualquer tipo de inação da nossa parte, acontece é que são processos muito difíceis, que entram em conflito com a propriedade privada e com aquilo que é o domínio público hídrico e é por isso que surgem alguns dos problemas que têm surgido, mas as ecovias vão sendo construídas e vão sendo levadas adiante. Muito disto tem sido feito também com a colaboração dos senhores Presidentes de Junta e com a compreensão dos próprios proprietários, havendo uma ou outra pessoa que entra por um caminho conflituante, cria-nos dificuldades é verdade, mas o interesse público tem sempre que prevalecer.

No caso concreto de Fonte Boa, temos a garantia do financiamento, neste momento há um acordo em cima da mesa, com um único proprietário, e digo-lhe que eu já calcorreei todo o terreno dessas pessoas, com a família toda, a tentar ultrapassar o problema, fiz tudo aquilo que era possível e mais do que isso, aliás muito para além daquilo que um Presidente de Câmara tem que fazer, e por várias vezes houve retrocessos, do género de colocarmos as estacas e no dia a seguir, alguém ia lá de noite e as retirava. É com isto que temos que conviver, mas não é por isso que desistimos, e também sabemos utilizar os meios que temos à

nossa disposição, também sabemos fazê-lo, e no momento, há uma aceitação por parte da família em relação à definição desse mesmo traçado, fez-se o reajustamento do traçado, tudo isto dá trabalho é preciso mexer nos projetos, etc, e neste momento já devia estar feito o acordo, estamos à espera apenas da advogada que representa a família que se disponibilize, já o deveria ter feito, para uma escritura de constituição de um direito de superfície, que é o que vai permitir a passagem gratuita, sem qualquer tipo de compensação para a família.

Isto apenas para dizer que não são processos fáceis, e indo de encontro também aquilo que é a valorização dos cursos de água e dos rios, etc.

Mas, valorizar os cursos de água é aquilo que já falamos na última Assembleia e que o Dr. Sérgio Mano está a tentar desenvolver com Barcelos, é também fazermos projetos em parceria com a APA e com o Fórum para a limpeza dos rios, é termos uma cobertura de abastecimento de água de 100%, uma cobertura de saneamento de 85%, tudo isso contribui para a qualidade das águas e a verdade é que muito mudou nos últimos anos, se fazer alguma coisa pelos rios é só fazer parques de merendas, talvez eu não esteja a fazer grande coisa, mas há muito mais para fazer pelos rios, em relação à própria natureza e à preservação da natureza e isso, é que é verdadeiramente importante.

Sem prejuízo do que disse, nós estamos a desenvolver projetos muito importantes, nomeadamente do Parque da Cidade, que é uma valorização das margens do rio, na zona sul do concelho, em Fão, junto à ponte, como sabem também estamos a pensar fazer uma ponte pedonal que está neste momento a ser desenvolvido o projeto, também a valorização de toda aquela zona junto ao Fojo, portanto toda aquela zona até ao campo de futebol, que fica mais para poente, estamos a fazer com que haja uma continuidade do Parque da Cidade, entre Fão e Esposende. Em Fonte Boa, na Barca do Lago há também um projeto de valorização daquela zona para que se consiga que a ecovia por ali passe, portanto, não corresponde à verdade dizer que nós não fazemos nada. Estamos num processo de aquisição de terrenos em Forjães junto ao rio Neiva também, estamos, neste momento com intervenção na Foz do rio Neiva em Antas e basta ir lá para ver os passadiços, temos uma ponte pela primeira vez entre Castelo do Neiva e Antas que era pedida há muito, portanto há muito dinheiro, centenas de milhares de euros que estão a ser investidos naquilo que é a valorização dos nossos cursos de água e dos rios.

Quanto à questão que colocou do Belemino Ribeiro, o município já em tempo próprio homenageou o Belemino Ribeiro. Posso-lhe dizer que em relação ao Centenário, foi-me apresentado um programa com um conjunto de iniciativas e ninguém envolveu a Câmara na preparação dessa homenagem. Teríamos todo o gosto em ter participado, apresentaram-me um produto acabado e um pedido de financiamento para apoiar.

A Câmara tem um setor da Cultura, tem respeito, também, pelas pessoas, não fomos chamados à organização, mas nem por isso a Senhora Vereadora da Cultura deixou de estar presente na Cerimónia, que decorreu na abertura da exposição nos Bombeiros, portanto, dizer que a Câmara não se envolveu e não apareceu, não é verdade.

Atenção que, a própria toponímia reconhece Belemino Ribeiro, não é preciso mais nada, as homenagens estão feitas, as pessoas têm o seu valor, agora secundarizar a Câmara e avançar por iniciativa própria, pois muito bem, nós não temos nada contra, não podem é depois vir acusar a Câmara de não participar, isso é que também não posso admitir.

Quanto à questão das ecovias, falou de vários atrasos, a questão de Fão e Apúlia, eu confesso-lhe que sinto alguma injustiça quando falam disto de forma depreciativa, porque foi feito muito trabalho para se conseguir inscrever aquela verba no PAMUS, conseguir um milhão e

tal de euros para aquela Ecovia, porque caso contrário nunca na vida iria ser feita. Foi um projeto da Polis mas não havia dinheiro para a ecovia Fão-Apúlia, foi preciso na negociação do Cávado, no PDCT, conseguir inscrever lá no âmbito do PAMUS um milhão e cem mil euros, para depois se conseguir, mais tarde, lançar a empreitada e conseguir levá-la a bom porto.

Quando eu cheguei à Câmara, já o projeto da ecovia estava desenvolvido, é importante que se diga isto, houve uma pequena alteração, não de traçado, mas uma pequena alteração de uma peça que era para meter em betão, nos setenta e tal quilómetros de ecovia do litoral, foi a única coisa que se mudou, em relação a traçados não se tocou em nada.

No meio disto tudo, ter conseguido um milhão e tal de euros para a infraestrutura e demais encargos, não me parece pouco! É uma obra que precisou do visto do Tribunal de Contas, a data que indicou é a da adjudicação, não a da consignação da obra, a obra não foi consignada há um ano e tal atrás, a adjudicação é uma coisa, a consignação é outra! Nós não a conseguimos consignar sem termos o visto do Tribunal de Contas, que demorou imenso tempo e obrigou a uma reprogramação financeira, porque, entretanto, passava para anos seguintes, foi um processo extremamente difícil e extremamente complexo de gerir, para se conseguir pôr a obra no terreno. Sendo certo que, o objetivo era que a obra efetivamente ficasse pronta até ao verão, nós estamos praticamente em maio, nós sabemos que não é possível que isso aconteça, mas também lhe posso dizer que ela começou exatamente por aquela zona, para que se conseguisse terminar e libertar aquela zona o mais rápido possível, porque sabemos que é a zona de maior afluência de trânsito e foi por essa razão que a empresa foi incitada a começar a obra por aquele lado.

Quanto a ecovias, a única coisa que eu digo é que, há uns anos a esta parte, não havia uma única ecovia em construção, o que havia era o arranjo da frente da marginal de Esposende. De repente, fez-se a marginal de Fão, fez-se tudo o que está aí à vista, fez-se a segunda fase da marginal de Esposende, frente ao Vermelhinho, começou a fazer-se a ecovia que vai até Cepães, depois até Rio de Moinhos, acusam-me de parar em Rio de Moinhos, mas até aqui, parava ali na curva da marginal, junto à Mena Miquelino e neste momento, quando se começa a rasgar e a avançar acusam-me que só vai até ali, mas ela há-de ir até Caminha, se Deus quiser. O que eu sei é que tenho seis empreitadas neste momento no concelho de Esposende, de ecovias e são muitos milhões de euros que estão a ser investidos no concelho e num prazo que está muito relacionado, eu recorde, só quem não está ligado a esta área da construção é que não percebe isto, até os próprios incêndios, como vocês sabem no âmbito dos incêndios do verão passado, ardeu uma das fábricas que produzia precisamente estas madeiras que são utilizadas nos passadiços, isso atrasou imenso as empreitadas, acreditem, neste momento estão a ser construídas estas infraestruturas um pouco por todo o país, e há poucos fornecedores de madeira de pinho tratado, e a verdade é que eles não conseguiam, mesmo em Espanha, madeira para avançar com as empreitadas. Tudo isto leva a que, durante o período de execução, as empresas façam os seus pedidos normais de prorrogação de prazo, nada que não tenha acontecido e que não aconteça em muitas empreitadas e também há muitas que acabam antes do prazo estipulado.

Quanto à questão do Centro de Saúde, só dar nota de que, efetivamente houve um atraso na adjudicação, a obra já foi consignada ao empreiteiro, estamos só a aguardar a disponibilidade do empreiteiro para começar a obra, mas é uma coisa para começar nos próximos dias.

Quanto à questão das esplanadas em cima dos passeios, eu recorde que fui aqui muito

criticado por via da esplanada de Ofir e felizmente ela desapareceu, eu gostava muito de o ter ouvido aqui dizer, "Senhor Presidente olhe, ainda bem que conseguiu resolver aquele problema complicado" mas não, é o contrário. Uma coisa é certa, nós estamos a desenvolver o nosso regulamento de ocupação do espaço público, para normalizar todas essas situações, que tem a ver com isso, não tem a ver com construções de certeza absoluta, senão estaremos a falar de outros mecanismos.

Quanto à questão da postura de trânsito eu confesso que não sei exatamente do que é que está a falar. Na escola de Apúlia fez-se uma intervenção, foi-nos pedido na altura, pela direção da escola e penso que a Junta de Freguesia na altura também fez pressão para que isso fosse feito, para que se abrisse uma nova saída daquele parque de estacionamento para haver uma melhor circulação do trânsito dentro do parque de estacionamento, não foi ao contrário, portanto pediram-nos para abrir uma nova entrada, ou saída se quiser, no parque de estacionamento na parte mais a poente.

A obra foi executada em conformidade com aquilo que nos foi pedido pela própria direção da escola, se é uma questão de sinalização, é simples de resolver junto da divisão de trânsito, basta que nos façam chegar à Câmara o pedido.

Do Senhor Deputado Cepa Carneiro, do Bairro do IGAPHE, a informação que eu tenho é que a empreitada que foi lançada estará terminada em relação às coberturas, falta a segunda fase, é verdade. A segunda fase tem a ver com um projeto que nós encomendamos no âmbito da eficiência energética, para a substituição do capoto a toda a volta do edifício, as caixilharias, etc. Em relação à primeira fase, porque foi aquela que foi mais pedida nesta Assembleia várias vezes, que nos fizeram chegar por parte da atual Comissão de Moradores, porque antes não havia Comissão de moradores, havia apenas moradores daquele bairro, que era a remoção do fibrocimento e essa foi concluída com sucesso, houve apenas uma interrupção, devido às condições climáticas, mas depois foi retomada e a informação que eu tenho, aliás consta da informação escrita, é que está dada como concluída, nessa parte que foi contratualizada, entenda-se.

Da Senhora Deputada Tânia Mota, a questão do 25 de abril, é verdade que poderíamos fazer uma qualquer iniciativa, ano após ano, um concerto, uma iniciativa como fizemos pelos 40 anos, que tivemos uma Assembleia extraordinária e tivemos oportunidade de todos os partidos políticos, todos os grupos políticos de tomar a palavra, mas não me parece que haja uma necessidade premente e anual, nem é os papagaios, isso é uma questão ambiental e que se faz ano após ano, é uma brincadeira, não é no sentido pejorativo em relação à comemoração da data, como é óbvio, é uma iniciativa como outra qualquer.

Eu acho é que, se é para se fazerem iniciativas como eu vejo fazer em alguns municípios, mais vale não fazer nada e quando se chega a uma data redonda, por exemplo no próximo ano faz 45 anos e teremos com toda a certeza uma iniciativa à altura. Não vale a pena fazer só para dizer que fazemos, o 25 de abril sente-se no dia-a-dia, quando vocês vêm aqui e quase me insultam, quando desconfiam da minha pessoa para mim isso é um insulto e me questionam por tudo e mais alguma coisa, isso é o 25 de abril, é o exercício da liberdade, há certas insinuações e certas formas de estar, que só são possíveis porque vivemos num regime democrático e quem está deste lado tem que aceitar isso. Eu aceito isso, pode-me custar e posso-me sentir indignado com isso mas tenho que o aceitar, mesmo que eu saiba que estão a dizer a maior barbaridade do mundo, que já tem acontecido aqui algumas vezes, muitas vezes por falta de informação, acredito que seja por isso, e nós temos que aceitar sem nos indignarmos e sem fazer disto um problema. Isto é o exercício da democracia e é o exercício

do 25 de abril a realizar-se todos os dias. Portanto, eu não levo isto muito para a comemoração, mas também sempre posso desafiar, e peço desculpa perguntar, mas eu não sei se o Partido Socialista fez alguma comemoração do 25 de abril aqui em Esposende, também não sei se o CDS o fez, mas os partidos e os cidadãos são livres de o fazer.

De qualquer modo, cada um tem a sua postura em relação a esta matéria, nós entendemos que não há necessidade de o fazer ano após ano, em datas redondas de 5 em 5 anos, fazê-lo com outro pendor parece-me perfeitamente aceitável.

Quanto ao Centro de Negócios, em relação à empreitada posso-lhe dizer que estamos com dificuldades, porque implica a reestruturação da propriedade horizontal de todo o edifício, porque vai ter uma nova redistribuição interna e não poderíamos fazê-lo da forma que pensávamos fazer, está neste momento a Dr.^a Andreia Amaral a estudar esse assunto, para ver de que forma podemos voltar a reverter a situação para a situação original, caso contrário podemos causar prejuízos ao proprietário do imóvel, até porque pode não ser reversível a situação da propriedade horizontal. Vai-me dizer que no Código Civil é permitido juntar frações, mas depois não é permitido separá-las outra vez e é necessário ter algum cuidado com isso. De qualquer maneira, a questão é tão simples quanto esta e é por aí que as coisas estão. Em relação à negociação que está a ser feita, ela consiste numa tentativa clara de que, o município não saia prejudicado e é aí que queremos chegar no final, é com o proprietário, chegar a um entendimento no sentido em que este atraso que está a decorrer, não venha a transformar-se num prejuízo para o município e nós sabemos muito bem quanto é que é a renda mensal, e portanto vamos tentar chegar a um acordo no sentido de não haver esse prejuízo para o município, de resto não há nenhum segredo em relação a isso e já o disse aqui na última vez.

Quanto à questão dos tribunais eu tenho que relembrar que o CDS estava no poder com o PSD quando esta medida avançou, a Senhora vir-me criticar aqui, a mim, quando o seu partido também esteve ligado a esta medida? Depois, se estamos em defesa dos interesses do município, em tempo próprio o PSD apresentou, aqui, uma moção, para ser votada nesta Assembleia, contra essa mesma medida mostrando grande coragem política, porque é fácil criticar quando são os outros partidos, mas é difícil quando é o nosso próprio partido e nós soubemos fazê-lo em tempo próprio. Quanto ao transporte dos processos, nós sempre tivemos uma excelente relação com a GNR e com o Ministério Público como é normal em instituições desta dimensão como é o município. Quanto aos processos, eu não soube do transporte desses processos, soube à posteriori porque para os serviços municipais foi uma situação normal, foi um pedido por parte da GNR para o transporte desses processos que ao que parece não podiam ser transportados ao ar livre e portanto teria que ser uma carrinha fechada, um carro fechado para transporte dos processos, talvez por questões climatéricas, não faço ideia, não me parece que fosse o caso de nós transportarmos ou não, que fosse fazer com que o Tribunal continuasse com todas as valências. Se é esse o pensamento, acho que é no mínimo muito ingénuo, mas deixe-me dizer-lhe que tanto nos preocupamos com isto que, em tempo próprio, o representante da Ordem dos Advogados veio à Câmara e eu acompanhei-o numa visita a Lisboa já com este Governo, no sentido de revertermos esta situação. Portanto, eu fiz aquilo que podia fazer. Atirar para cima da Câmara Municipal o ónus de haver valências que se perderam no Tribunal de Esposende, peço desculpa mas isso em termos políticos não é honesto, nós vamos até onde podemos, diga-me qual dos outros municípios em circunstâncias idênticas conseguiram reverter essa situação? A verdade é que houve uma reorganização. Bem feita? Não, mal feita toda a gente o diz, os advogados dizem-no, os juizes dizem-no, não

me parece que o serviço tenha melhorado para os cidadãos, agora pôr a Câmara de Esposende no meio disso tudo é que já é um pouco estranho e difícil de aceitar da minha parte. Da Senhora Deputada Sandra Bernardino, foram um conjunto de questões que foram colocadas, não é possível responder a todas, em relação a esse documento obviamente não tive oportunidade de o analisar e portanto não me poderei pronunciar sobre ele, mas terei todo o gosto em fazê-lo com algum cuidado, porque eu gostava que percebesse uma coisa, uma coisa é gerir num contexto de Fundos Comunitários, de plena execução de Fundos Comunitários, outra coisa diferente é gerir no hiato entre o término de um quadro comunitário e o arranque de outro. Quando vem falar desses dez anos de investimento, eu gostava de relembrar que isto tem a ver com um aspeto muito simples, é que enquanto em alguns anos houve valores brutos superiores, os valores de investimento da Câmara eram muito, muito, muito mais pequenos. O que é que aconteceu em 2017? Só cento e sessenta e seis mil euros é que eram de Fundos Comunitários, os quatro milhões e tal de euros eram da Câmara Municipal, e foi preciso criar condições financeiras para que isso acontecesse.

Foi o maior investimento da última década, da parte da Câmara Municipal, não há dúvida absolutamente nenhuma sobre isso.

Tivesse eu Fundos Comunitários para executar como outros tiveram no passado, só que ainda não chegou essa altura, há-de chegar se Deus quiser e estamos na iminência disso vir a acontecer, embora com a miséria que foi a distribuição dos Fundos Comunitários como toda a gente sabe, temos quase três milhões de euros para gastar em PARU é verdade e as obras hão-de avançar, e estamos com muitos investimentos, mas que são laterais à Câmara entenda-se.

Não tenha dúvida que para o ano quando estivermos aqui a discutir as contas, em relação a 2018 vamos ter uma execução de Fundos Comunitários muito superior, isso não há dúvida nenhuma, porque eles estão aí. Só a ecovia tem muito mais dinheiro do que os cento e sessenta e seis mil euros, tem oitocentos ou novecentos e tal que foi o que se conseguiu ali colocar. Só para fazer bem esta destrinça que é importante perceberem, uma coisa é gerir com um quadro comunitário a libertar dinheiro como foi no passado, outra coisa é ter que gerir quase com recursos próprios do Município de Esposende e, portanto, não é verdade, aconselho-os a voltarem a fazer as contas.

Em relação às juntas de freguesia, eu e o executivo anterior, quando cá chegamos, ao fim de um ano aumentamos 25% às transferências para as Juntas de Freguesia, como é que agora vocês me vêm dizer: "mas houve mais dinheiro no passado"... pois houve, porque havia contratos-programa com as Juntas de Freguesia para executarem obras, que agora, foi a Câmara que as executou no mandato anterior, portanto o dinheiro não deixou de ser aplicado nas freguesias, deviam era fazer as contas ao dinheiro que foi aplicado nas freguesias, não é quem é que o colocou e por que veículo é que ele lá chegou. A verdade é mesmo essa, não houve mais investimento no passado do que agora, o que acontece é que, nós lançamos um plano de investimento nas freguesias, totalmente executado pela Câmara Municipal e se for ver os valores que estavam ali, eram 136 obras, ou 144 na parte final, de investimento nas freguesias, não foram todas executadas, muitas delas estão agora a ser executadas, portanto não é verdade o que aí está, o que aí está são transferências diretas da Câmara em termos líquidos, em termos de dinheiro, mas isso é uma coisa, mas não pode juntar as duas coisas e depois alterar os rácios que aí estão.

Da mesma maneira que as transferências para as instituições estão relacionadas também com uma ou outra obra que possa ter surgido nesse mesmo período e que tenha sido de grande investimento. Eu gostaria de saber, não agora, depois se tiver oportunidade de me explicar, se

por exemplo o Centro de Intervenção Cultural e Social de Palmeira de Faro, onde teve um apoio da Câmara Municipal superior a dois milhões de euros está nessas contas de apoios a instituições, ou não. Nas contas que fizeram, era só para saber, porque uma coisa é induzir o Município todo de que não houve dinheiro para as instituições, outra coisa é adulterar os resultados, pondo um grande investimento apenas num equipamento que tem as razões que tem de existir.

Quanto à questão dos tarifários, em boa verdade nós não subimos a tarifa dos resíduos penso que desde 2011.

Há uma apreciação inicial que é preciso fazer, vamos admitir que em termos de resíduos até não é deficitário, vamos admitir que até há um superavit neste exercício, a lógica era que quando dá lucro fosse redistribuído e quando dá prejuízo, como é o caso do saneamento? É que ninguém se lembra que o saneamento básico no concelho de Esposende é deficitário. Portanto, a lógica é quando há lucro tira-se e dá-se às pessoas, quando há prejuízo vai-se pedir ao banco e endivida-se a Câmara, é essa a lógica?

Não, há uma entidade reguladora que olha para estas matérias, o que acontece é que nós pagamos a deposição em aterro das mais baixas do país, temos um sistema altamente eficiente, neste momento estão previstos investimentos superiores a cem milhões de euros em Paradela, no novo aterro sanitário.

A Resulima está a viver um momento de viragem, porque para além de estar a ser construído um novo aterro, está a ser construído, também, um TMB – Tratamento Mecânico e Biológico, para a separação, porque há objetivos que estão fixados pela Comunidade Europeia e é obrigatório cumprir esses mesmos objetivos, o que quer dizer que é muito provável que a tarifa venha a começar a subir dentro em breve, porque é preciso suportar os custos desses investimentos na componente nacional.

A boa notícia é que, foi aprovada uma candidatura, num valor exorbitante, eu não lhe sei dizer agora ao certo mas na ordem dos oitenta milhões de euros, mas vai haver ali um diferencial que é preciso pagar e é natural que a tarifa venha a subir, se já tivermos uma tarifa adequada nesta altura, desta forma, amortizará um bocadinho essa subida imediata, vamos tentar aguentar o máximo que pudermos a não subida da tarifa, não é um valor, atenção eu não sei se o que está aqui está correto em termos de valores ou não, vou ver com os serviços se o que está aqui corresponde à realidade ou não, muito mais a comparação com o passado, porque me interessa também verificar, porque tenho para mim que há aqui questões que não estão bem analisadas, mas como é óbvio não tive tempo útil para o fazer e há outro aspeto, ainda há muita gente que não paga, infelizmente, como sabem quem é cliente de água e saneamento paga a tarifa de resíduos, mas quem não é, não contribui.

Isto para dizer que a tarifa noutros municípios é muito superior à que se pratica em Esposende, a água então já não sobe há seis anos e o saneamento a mesma coisa, mesmo a inflação foi apenas atualizada um ou dois anos nos últimos seis e, portanto, atribuir responsabilidades ao atual Presidente da Câmara sobre isso é no mínimo um bocado absurdo. Quanto à questão do IMT e do IMI, nem sei mais o que lhe dizer sobre isso. Do IMI nós, desde que eu assumi na Câmara responsabilidades como Presidente, desde 2013, baixamos de 0,34 para 0,30 gradualmente, ano após ano, introduzimos o IMI familiar, neste momento praticamos a taxa mínima que é possível praticar no país, por decisão do Governo que definiu esse intervalo em que podemos trabalhar.

Se forem ver aí às contas, verifica que em 2017 recebemos menos quinhentos mil euros do que em 2014, em termos brutos, seria ao final do mandato menos dois milhões de euros de IMI,

não sei o que posso mais fazer para resolver o problema do IMI no concelho de Esposende, enquanto o Governo mantiver este intervalo que aqui está definido.

Quanto ao IMT subiu seiscentos mil euros e isso tem a ver precisamente com a atividade económica do município, ainda bem que nós conseguimos estimular a aquisição e venda de imóveis no concelho e que gera este tipo de receita.

Quanto à questão das horas extraordinárias, durante alguns anos foi tida uma política de diminuição de recursos humanos na Câmara Municipal de Esposende. De tal modo, que chegamos a um ponto em que éramos o município com menos trabalhadores por mil habitantes. Obviamente que sem pessoas, sem trabalhadores para trabalhar, não é possível desenvolver a atividade que nós temos, então qual é a solução, é recorrer a prestações de serviços externas e horas extraordinárias, obviamente, não há outra forma. Os trabalhadores também querem aumentar ao seu salário obviamente, disponibilizam-se para trabalhar aos sábados e domingos. Quem é que vocês pensam que organiza os torneios dos miúdos ao fim-de-semana, as atividades desportivas, ou não há e eu seria criticado por não haver, ou há e sou criticado por pagar horas, querem que os trabalhadores trabalhem sem ganhar? É preciso pensar um pouco em tudo isto, acham que eles estão a ganhar sem trabalhar, é isso? Aliás, se forem ver o valor que é pago por hora, eu não sei se trabalhava as horas que eles trabalham ao sábado e ao domingo, fora da família para ganhar a miséria que eles ganham, porque somos obrigados a praticar esses valores, portanto criticar pelo aumento das horas extraordinárias, então venham aqui com uma proposta para diminuir a atividade da Câmara e eu reduzo às horas extraordinárias, quando quiserem fazer isso.

De resto, redução da dívida, eu tenho que dizer isto, de 2013 para 31 de dezembro de 2017 reduzimos 50% à dívida, vir aqui criticar as contas, apresentar cenários dantescos, como aqui foi dito que era assustador, bem, temos a menor dívida desde há vinte anos a esta parte, se isto é assustador peço desculpa, então eu acho que devia ter duplicado a dívida porque assim já estaríamos todos muito felizes e em vez de devermos oito milhões e meio como devíamos há quatro anos atrás, devíamos dezassete milhões, pronto assim estaríamos todos mais felizes.

A verdade é que, enquanto fazem esse tipo de apreciações, o Anuário Financeiro dos Municípios coloca-nos pelo terceiro ano consecutivo como melhor município em termos de desempenho financeiro no distrito de Braga e o segundo melhor da zona norte em municípios de média dimensão, mas isso provavelmente são as entidades que fiscalizam e que analisam isso, que não sabem fazer contas, mas isso é um problema que eu também não consigo resolver.

Ter uma capacidade de endividamento na ordem dos vinte milhões de euros, que o município tem hoje, ou seja, a capacidade para iniciar agora um novo ciclo de investimento, sim isso deve ser assustador para a oposição, mas também não posso fazer nada e vai acontecer com toda a certeza.

Quanto à questão do Deputado Tito Evangelista, em relação aos processos judiciais, eu peço, e está aqui o Dr. Rui Moutinho que aproveito para cumprimentar, que regressou aqui à casa, que é a casa dele, eu pedia para depois a esse nível, que isso seja reanalisado e o Dr. Tito já o tinha referido aqui.

Quanto à questão das empreitadas também já expliquei a situação dos atrasos, devido ao visto do Tribunal de Contas e de uma série de entraves que fomos tendo.

Em relação à ecovia frente aos estabelecimentos comerciais, há um traçado completo da ecovia, mas há locais onde não vai ser construída ecovia, isso foi explicado, por exemplo em frente ao parque da cidade, não vai ser construída ecovia porque está prevista uma

intervenção no parque da cidade, não íamos construir para daqui a algum tempo destruir o que íamos construir agora.

Em frente a Cedovém, como sabe, eu já o disse aqui publicamente, está em desenvolvimento um projeto para requalificação daquela zona toda, não fazia sentido construir a ecovia, aliás, os restaurantes estão construídos em cima da estrada praticamente, não íamos pôr as bicicletas a passar e as pessoas a saírem dos restaurantes, isso era completamente absurdo.

Foi uma sugestão na altura, vai ficar apenas uma marcação no pavimento, para quem vem na ecovia saber que ela tem continuação, mas não vai ser construída ecovia nenhuma e, portanto, não se vai retirar nenhum lugar de estacionamento.

Em relação ao estacionamento, não são aqueles 20 ou 30 lugares de estacionamento que se perdem ali naquela zona, comparar isto com o benefício que é ter um investimento daqueles naquela freguesia, não é por aí. E depois, não são 20, 30, 40 ou 50 lugares de estacionamento que resolvem o problema do estacionamento em Apúlia, o problema de estacionamento de Apúlia é um problema muito mais complexo que até hoje ninguém resolveu, mas nós estamos a trabalhar nisso. A ideia é ter parques periféricos, onde as pessoas durante os fins-de-semana com sol e basta isso, não é preciso chegar ao verão e durante o verão, possam utilizar e deslocar-se a pé para a praia ou para os locais onde se querem deslocar, deixando apenas estacionamento residual naquelas zonas.

A ideia da redução da dimensão transversal da via foi muito boa, gostem ou não, aquilo não é uma auto-estrada, é uma estrada municipal, onde se deve circular devagar e os carros passam perfeitamente um pelo outro.

O projeto não foi desenvolvido para a Câmara, foi desenvolvido através da Polis Litoral Norte e implica o privilégio da circulação pedonal e ciclável, a promoção da mobilidade suave entre Fão e Apúlia era um dos grandes desígnios de há muitos anos, só que nunca houve dinheiro, nem a possibilidade de se construir uma ecovia.

É preciso pensar sempre numa relação custo-benefício e quando me diz que se podia fazer um passadiço para cima das dunas e então deixava-se a via toda disponível, pode fazer-se muitas coisas mas é preciso ter dinheiro para elas. Eu acho que é preciso olhar para as coisas com razoabilidade, não há dinheiro, nós para conseguirmos aqueles novecentos e sessenta mil euros, custou-nos muito a chegar lá e o resto teve que ser a Câmara a pô-lo. Eu prefiro claramente ter uma união entre a zona do rio Cávado junto à ponte, até à Ramalha, até quase ao limite com a Póvoa de Varzim, do que estar a fazer uma grande ecovia com uma largura transversal tremenda, colocar uma grande pavimentação na estrada de Ofir, onde não mora ninguém e o dinheiro não me chegava sequer até às Pedrinhas. Se temos determinada verba, é dentro dessa verba que temos que trabalhar e com os meios financeiros que temos à disposição.

É um projeto global, que foi desenvolvido para unir os três municípios, tem um determinado traçado, um perfil tipo, tem tipologias de pavimento adequadas para cada município e não é o Presidente da Câmara de Esposende que chega lá, muda as coisas todas sem ficar com dinheiro sequer para poder executar depois as obras.

Portanto, para já, não vai haver ecovia em frente aos restaurantes de Cedovém.

Espero bem que mais tarde venha a ser construído não só isso, mas também muitas outras coisas.

Senhora Deputada Tânia Mota, em relação à Rotunda do Minipreço, houve uma reunião na Infraestruturas de Portugal onde fiz questão de estar pessoalmente com o Eng. João Leite e com a Eng.ª Marta Fernandes da Esposende Ambiente. Entretanto já houve também

comunicação da Eng.ª Luisa Cordeiro, da diretora, no sentido de que, está previsto que em junho haja a consignação da obra, portanto houve a adjudicação penso que em abril, a assinatura do contrato será em maio e em junho será a consignação da obra.

E o assunto não apareceu porquê? A verdade é que o assunto já cá veio, já foi apresentado várias vezes, não vamos andar sempre a falar da mesma coisa.

Quanto à questão dos concursos, nós trazemos aquela informação que é obrigatória, ela está disponível no basegov, toda a gente sabe fazer isso, porque é que havemos de colocar redundâncias na informação, se a mesma está disponível nos canais que são normais e por demais conhecidos.

Senhora Deputada Sandra Bernardino, em relação à questão que colocou do canal, dizer-lhe que também houve uma reunião na terça-feira da semana passada na DGAL, onde esteve presente o Dr. Rui Moutinho pela parte jurídica e a Dr.ª Elsa Ramires pela parte do património, deslocaram-se à DGAL depois de um contacto que eu fiz com o Senhor Ministro do Ambiente e ele intercedeu junto do Secretário de Estado, que convocou uma reunião a nosso pedido, com vista à articulação dos procedimentos para que se pudesse ultrapassar o problema, estamos a falar da DUP.

Quanto aos afastamentos que falou, que devem ser respeitados, os afastamentos não estão diretamente relacionados com o canal, estão relacionados diretamente com a via que há-de ser construída a poente do canal, do lado interior da cidade, é depois da definição desse perfil que os afastamentos têm que ser cumpridos em relação à via e não em relação ao canal, até porque o canal não é uma linha de água, respondendo à sua outra questão. Ele é uma linha de água mas não foi assumido, caso contrário obrigava-nos desde logo a uma avaliação de impacto ambiental, não tínhamos qualquer hipótese, por isso é que chamamos um canal interceptor, em boa verdade as linhas de água continuam a existir conforme elas existiam. As linhas de água que vêm de nascente-poente, continuam a circular, caso contrário provocaríamos até um problema ambiental de cortar uma linha de água e ficar sem alimentação de água para a zona poente, só que, qual é a diferença e porque é que isto muda tudo? Porque a secção é controlada. Portanto, para uma determinada secção, até um determinado caudal, a água passa por ali, quando o caudal é excessivo, que é no caso de haver uma cheia ou um problema desses, passa o caudal a circular pelo sistema interceptor.

Portanto, respondendo à sua pergunta, não gera qualquer ónus sobre as parcelas adjacentes, ninguém fica obrigado a cumprir nenhum tipo de afastamento em relação ao canal, sendo certo que também não estão previstas construções junto ao canal. Do lado nascente são terrenos de natureza agrícola, de RAN e do lado poente irá nascer a tal via que está projetada desde o PDM de 94."-----

Terminados os esclarecimentos prestados por parte do Senhor Presidente da Câmara às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais, pelo Presidente da Mesa foi encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, informando o público presente de que se poderia inscrever para intervenção do público, no final do Período da Ordem do Dia, conforme prevê o Regimento.

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2017, PARA CONHECIMENTO, NOS

TERMOS DA ALÍNEA H) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADO COM O Nº 2 DO ARTIGO 10º DA LEI Nº 24/98, DE 26 DE MAIO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de abril de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no Ano de 2017, nos termos da alínea h) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 10º da Lei nº 24/98, de 26 de maio. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A Deputada Municipal, Sandra Bernardino, pediu a palavra para questionar como era possível falar-se de direito de oposição quando decorridos seis meses, não havia qualquer resposta aos pedidos de consulta de processos e demais requerimentos apresentados pelo Vereador eleito pelo JPNT.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que, sobre aqueles pedidos tinha solicitado parecer à CADA e, logo que haja uma resposta dessa Comissão, será dada a resposta de conformidade com o parecer que por aquela venha a ser emitido.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.02 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE DO EXERCÍCIO DE 2017, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na sessão, para conhecimento, Relatório do Auditor Externo de Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município de Esposende do Exercício de 2017. Fica arquivado o original do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.03 – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE RATIFICAÇÃO DE PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXAS, PARA CONHECIMENTO, DE ACORDO COM O PONTO 2.3 DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS APROVADAS NA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de abril de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, Proposta de Ratificação de pedidos de isenção de taxas, de acordo com o ponto 2.3 das Medidas Provisórias aprovadas na sessão da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2015. Fica arquivado original da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.04 – RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2017 - ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M. - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de abril de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório e Contas do exercício de 2017 da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO._____

02.05 – RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO - ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M. - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 54º DA LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de abril de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, nos termos do nº 2 do artigo 54º da Lei nº 133/2013, de 03 de outubro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO._____

02.06 – RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 - EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de abril de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório e Contas do exercício de 2017 da EAMb – Esposende Ambiente, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi referido que gostaria de deixar registada uma nota, que tinha a ver com o excelente desempenho das empresas municipais, do grupo municipal, quer da Esposende Ambiente, quer da Esposende 2000, deu boa nota que, para além da saúde financeira do Município também as empresas municipais estavam no bom caminho, da boa gestão e com uma prestação de serviços que era relevantíssima aos munícipes. Deixou uma

nota de apreço pelo trabalho exercido pelos Conselhos de Administração que findaram, pois o relatório ainda se reporta aos anteriores Conselhos de Administração, e obviamente ao trabalho desenvolvido pelos atuais Conselhos de Administração, desejando ainda votos de um bom trabalho para o futuro.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO._____

02.07 – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – 2017 - EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de abril de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2017 da EAmb - Esposende Ambiente, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO._____

02.08 – PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – 2018 - EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de abril de 2018, foi presente na sessão, para conhecimento, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2018 da EAmb - Esposende Ambiente, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO._____

02.09 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO E POSTERIOR REGULARIZAÇÃO PREDIAL DOS EQUIPAMENTOS CONSTRUÍDOS NO REFERIDO CAMINHO E ZONA ENVOLVENTE, NOS TERMOS DA ALÍNEA Q) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 29 de março de 2018, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara

Municipal para Desafetação do Domínio Público Municipal de parcela de terreno com a área de 905,70 m², localizada no Sítio da Tomadia, na União de Freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra (extinta freguesia de Marinhãs) e a sua integração no domínio privado do Município e posterior regularização predial dos equipamentos construídos em cima do referido caminho e zona envolvente, nos termos da alínea q) do nº 1 do Artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 905,70 M², LOCALIZADA NO SÍTIO DA TOMADIA, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO E POSTERIOR REGULARIZAÇÃO PREDIAL DOS EQUIPAMENTOS CONSTRUÍDOS NO REFERIDO CAMINHO E ZONA ENVOLVENTE.-----

02.10 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - ANO DE 2017, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de abril de 2018, foi presente na sessão, para aprovação, o Relatório de Gestão do Município de Esposende referente ao Ano de 2017, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto, tendo referido:

“Houve uma execução da receita de 100% o que me parece ser digno de registo. 85% no orçamento de execução da despesa e mais do que isso, uma execução do Plano Plurianual de investimentos na ordem dos 90%. Isto faz de 2017 o ano de maior investimento em termos percentuais dos últimos dez anos, de investimento municipal, estamos a falar de quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil euros para um investimento de Fundos Comunitários, de apenas cento e sessenta e um mil euros. Capacidade de endividamento de dezanove milhões quinhentos e noventa e seis mil euros, portanto sabendo que apenas é possível utilizar 25% desse valor anualmente, de qualquer maneira significa que tínhamos possibilidade de nos financiarmos na ordem dos quatro milhões e meio este ano,, se assim entendêssemos para efeitos de investimento, ou para aquilo que entendêssemos relevante.

O exercício de 2017 apresenta um superavit de três milhões quinhentos e vinte e oito mil euros, foi efetuado um abatimento nos empréstimos contratados, de setecentos e noventa e cinco mil euros, quase oitocentos mil euros num ano, o que representa uma redução de 16% em relação a 2016 e cerca de 50% face a 2013. O montante global dos empréstimos à data de 31 de dezembro, era de quatro milhões e duzentos mil euros, neste momento estaremos claramente abaixo dos quatro milhões de euros, também o esforço financeiro para a dívida, mostra uma diminuição desse esforço gradual ao longo dos anos, neste momento estaremos

com toda a certeza abaixo dos quatro milhões de euros da dívida do município, portanto este é um dos valores mais baixos dos últimos vinte anos.

Quanto à receita do IMI, é verdade que a receita baixou quinhentos mil euros em relação a 2014, do IMT é verdade também que a receita aumentou seiscentos mil euros, em resultado da atividade económica, do IUC há uma estabilização do imposto na ordem dos oitocentos mil euros, o saldo de gerência positivo, de novecentos e setenta mil euros, quase um milhão de euros, e também uma nota final, para nós chegarmos a estes níveis de execução, 100% da receita, 85% da despesa, 90% do PPI, isso só quer dizer que nós fazemos orçamentos muito rigorosos, caso contrário não conseguíamos estes níveis de execução, só fizemos uma revisão orçamental que foi da integração do saldo de gerência que é o que vamos falar a seguir, o que quer dizer que quando apresentamos um orçamento fazemo-lo de forma muito fidedigna e dentro daquilo que são as expectativas do próprio executivo, daquilo que poderemos ou não fazer. Ressalta ainda uma questão, que era usual fazer-se o empolamento dos orçamentos, isto em termos nacionais, não vou falar do concelho de Esposende, daquilo que era a rubrica de venda de bens de investimento, eu prefiro fazer ao contrário, prefiro emagrecer ao orçamento e depois ter uma expectativa final superior. Ou seja, a verdade é que o orçamento para 2017 era de vinte e dois milhões e no final foi de vinte e quatro milhões de euros, tão simples quanto isso.

Da mesma forma que temos um orçamento para 2018 na ordem dos vinte e oito milhões de euros, vinte e sete milhões e tal, e já sabíamos à data a expectativa que íamos integrar um saldo de gerência de três milhões e meio, ou seja, faz disparar o volume global do orçamento para trinta e um milhões e meio que é também um dos maiores orçamentos dos últimos anos, da Câmara Municipal, isso só quer dizer que, estamos numa boa fase em termos financeiros do Município e que se pode abrir aqui de facto um bom ciclo futuro de investimento, saibamos nós utilizar bem a capacidade de endividamento que temos, os recursos financeiros que temos disponíveis e conseguir ir ao encontro das fontes de financiamento dos fundos comunitários essencialmente, não depende só de nós, depende da reprogramação do quadro comunitário que está em vigor e de muitos outros fatores como é óbvio, mas nós tentamos fazer o nosso papel. Convém dizer que há muitos investimentos que são feitos no Município que não entram no orçamento, ou seja, quando falamos de obras da Polis, de obras de saneamento das Águas do Norte, da rede de gás, ou agora da fibra ótica, estamos a falar de milhões e milhões de euros que são investidos no Município de Esposende que não tem diretamente relação com isto, mas tem a ver com as políticas que o Município persegue em termos de infraestruturação do próprio Município.”-----

Colocado o assunto à discussão verificaram-se as seguintes intervenções:

Interveio o Senhor Deputado Municipal Penteado Neiva, nos seguintes termos:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

Os documentos que aqui nos são apresentados, para apreciação e votação, vem mais uma vez comprovar o excelente desempenho da Câmara Municipal, das Empresas Municipais e das

Juntas de Freguesia na prossecução do desenvolvimento da nossa terra e de dar à sua população uma excelente qualidade de vida.

Os resultados de gestão da nossa autarquia, exemplo de como deve ser gerida a coisa pública, demonstram rigor e critério nas opções tomadas e constituem, para nós, motivo de orgulho e satisfação política. São, no fundo, excelentes resultados, atingindo níveis de execução altíssimos, 100% no orçamento da receita, 85% no Orçamento da Despesa e os 90% na execução do Plano Plurianual de Investimentos.

Além disso é importante saber que a capacidade de endividamento do município é elevada, possui uma disponibilidade financeira excelente o que se traduz, também, numa excelente condição para assumir e cumprir o programa que o povo do concelho de Esposende sufragou. A nível dos empréstimos contraídos tem havido um abatimento muito considerável.

Também queremos realçar o rigor e o equilíbrio financeiro de todo o Grupo Público do Município de Esposende que apresentam as suas contas consolidadas.

A sustentabilidade financeira do município, um dos desideratos defendidos pelo Senhor Presidente, garante-nos as condições necessárias para carrear para o nosso município mais e melhores investimentos.

Assim, o Grupo Político do PSD nesta Assembleia não deixará de votar favoravelmente o Relatório de Gestão do ano de 2017 e, mais uma vez, felicitamos o Executivo Municipal pelo trabalho que tem feito em prol do desenvolvimento do nosso município.”-----

De seguida interveio o Senhor Deputado Municipal Tito Evangelista, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente,

Eu não estava cá no anterior mandato e não aprovei nem votei o plano de atividades para o ano de 2017, portanto estas contas são contas de um mandato do qual eu não fiz parte, exceto nos últimos dois meses, de outubro até final de dezembro, no entanto, há aqui questões e eu ouvi o meu amigo Albino Neiva falar de rigor na qualidade de gestão, ouvi o Sr. Presidente também falar nas contas fantásticas da Câmara, mas há aqui coisas que eu acho que devem ser esclarecidas, por exemplo:

O Sr. Presidente acha que é rigor na gestão dos dinheiros públicos gastar por exemplo 45.000 euros com o Anselmo Ralph, 24.500 euros com o Paulo Gonzo, para além de outros, acha que isso é importante para o concelho de Esposende? Gastar tanto dinheiro com sucessivos dias de cantores pagos principescamente, porque todos nós sabemos que eles cobram às Câmaras muito mais dinheiro do que levam noutros espetáculos. Acha que isso é rigor?

Quando andávamos aqui a mendigar se baixámos a taxa do lixo ou não, quando andam aqui as Juntas de Freguesia a mendigar se recebem mais uma transferência ou não, gasta-se em cantores, em três noites, mais do que em transferências anuais para as várias Juntas de Freguesia deste concelho!

Eu acho que isso não é bom rigor em termos de gestão de dinheiros públicos.

Há momentos, a minha colega, eleita pelo CDS, falou no Centro de Negócios, o Centro de Negócios já é quase uma questão anedótica em termos municipais. O que se paga de renda por um edifício vazio, há cerca de ano e meio, é quase insultuoso, e segundo me disseram a renda é de 5.000 euros por mês, não sei se é verdade se é mentira, porque eu não vi o contrato. Eu só pergunto a que propósito é que se gastam 5.000 euros por mês por um edifício vazio, que não tem lá nada, para albergar moscas, é isso a boa gestão municipal dos dinheiros públicos?

Sr. Dr. Neiva não concordo consigo.

E depois o Sr. Presidente, respondendo à minha colega, falou sobre a questão da dificuldade, eu não percebi bem se era na agregação de frações, se era na divisão da propriedade horizontal, mas tinha qualquer coisa a ver com isso. Agora eu pergunto, que tipo de dificuldade é essa que obsta o uso de um edifício que está arrendado?

Então quando arrendou não tinha um fim, não tinha um destino, não tinha uma licença de utilização para o arrendamento? Na licença de arrendamento não consta o destino para o edifício? Ou não se pode arrendar, porque ele não é compatível com o destino que lá se quer por, ou então coloca-se lá o destino para o qual o edifício foi arrendado. Salvo devido respeito, isso não tem qualquer tipo denexo.

Outra questão que coloco ao Sr. Presidente da Câmara, e que tem a ver com isso e que ainda é mais incompreensível, essa discussão jurídica toda sobre a agregação ou desmembramento, ou divisão da propriedade horizontal, quando a Câmara para além dos inúmeros juristas que tem e ilustríssimos que tem nos seus quadros, ainda tem, que eu vi pelas contas, salvo erro, quatro assessorias externas, em que gasta à volta de 50.000 euros ou mais por ano, ou gastou em 2017. Com tanta gente deixaram passar essa gravíssima lacuna, que ano e meio depois ainda não podem utilizar o edifício por causa dessas questões da propriedade horizontal? Isso para mim, Sr. Presidente da Câmara, não é gerir com rigor os dinheiros públicos, porque o dinheiro público deve ser gerido com muita parcimónia, principalmente em tudo que sejam gastos que não são essenciais para a população. Sejam as festas, sejam a publicidade, seja a propaganda, sejam os cantores, seja tudo aquilo que não tem a ver com as necessidades da população, e quando nós estamos a falar, muitas vezes, em atribuir, por exemplo, bolsas de estudo a estudantes que às vezes têm dificuldades e que precisam do apoio da Câmara, quando estamos a discutir as questões das tarifas do lixo, e da água, e do saneamento que o Sr. Presidente da Câmara diz que não aumenta há não sei quantos anos, mesmo assim temos a água caríssima, comparada com outros concelhos, caríssima, das mais caras da região.

Eu tenho muita estima pessoal pelo Sr. Presidente da Câmara, embora há pouco, houve questões às quais não me respondeu, como por exemplo o destino da praia de Mar, passou ao lado, porque é que apagou a praia de Mar do jornal da Câmara, disse aqui coisas que eu tinha dito, que não disse bem assim, a questão do centenário do Belemino Ribeiro, não basta uma Rua, mais importante do que dar nome de Ruas é, muitas vezes a Câmara sem gastar dinheiro, consegue associar-se às iniciativas, o importante é que a Câmara faça, não é estar à espera que os outros façam, embora a sociedade civil pode e deve intervir, e quando víamos há pouco, o relatório que tem anexo às contas, de transferências para uma série de iniciativas, algumas mais meritórias do que outras, eu gostava que, também nessas, houvesse parcimónia na gestão dos dinheiros públicos. É mais importante nós utilizarmos os dinheiros públicos no investimento social, no apoio a quem mais necessita, no apoio aos mais carenciados, naquilo que é realmente essencial para o desenvolvimento de Esposende, do que nesse tipo de eventos que são passageiros, que são para quem por cá passa e que dizem pouco ou muito pouco às pessoas de cá.”-----

Intervenção de seguida a Senhora Deputada Municipal Sandra Bernardino, nos seguintes termos:

“O Sr. Presidente há pouco quis justificar as suas declarações no Boletim Municipal, quanto à questão dos fundos comunitários, o que eu pergunto é se é ou não verdade que o Sr. Presidente foi buscar financiamento a obras que já tinham sido feitas antes de 2013, gostaria de saber se é ou não verdade, é a questão do “overbooking”, que aconteceu em 2015.

Quanto ao Plano de Gestão Sustentada de Energia, que como sabe é para ser aplicado nos equipamentos e edifícios municipais e na rede de iluminação pública e que tem a ver com investimentos em equipamentos led, analisados dados de gestão constatamos que os referidos gastos com iluminação pública em 2017 totalizaram 786.000 euros, ou seja, mais 211.000 euros do que em 2013 e, portanto, o que eu pergunto é, em que consiste afinal este plano?

Questiono, ainda, sobre um programa que se chama, "Procura o teu espaço", que visa apoiar a auto empregabilidade e que seria criada numa plataforma de dinamização económica, para dotar os empresários de uma ferramenta de divulgação junto de potenciais clientes.

Já falou aqui amplamente da derrama, eu duvido que seja por causa disso que os empresários se fixem aqui em Esposende, o que eu quero saber é, por que motivo é que ainda não foi criado isto?

E agora gostaria de voltar à questão da construção dos parques empresariais e à construção do Parque da Cidade e à aquisição dos Moinhos da Abelheira, eu queria saber que terrenos foram comprados para a construção dos parques empresariais, quanto aos Moinhos da Abelheira foram comprados em 2017 e o projeto do Parque Temático que foi elaborado no mandato 2009-2013 é para executar ou será feito um novo projeto, tal como aconteceu com o projeto do Parque da Cidade."-----

Intervenção de seguida a Senhora Deputada Municipal Tânia Mota, nos seguintes termos:

"Não querendo repetir algumas das que já foram levantadas, relativamente à questão do Centro de Negócios, eu gostava de perceber, pois ainda não consegui, muito honestamente, e mesmo fazendo análise dos documentos, no fundo gostava que me concretizassem que tipo de negociação é que se está a fazer e se essa concretização influi ou não nas contas. Isso interessa e penso que interessa muito.

Entretanto gostava também de perceber, quais são os critérios para atribuição de subsídios às várias instituições, isto porque, notando algumas diferenças e falando aqui em dois casos que me parecem logo saltar à vista, posso por exemplo falar no critério subjacente à atribuição de subsídio às Corporações de Bombeiros, ou no critério subjacente à atribuição de subsídio à ACICE.

Entretanto, e por falar de impostos queria deixar aqui apenas mais uma achega, é verdade que, a receita de IMI baixou, é verdade também que a receita de IUC e de IMT aumentou e é também verdade, Sr. Presidente, que a receita de IRS também aumentou. E, com pena minha, muito honestamente, sendo certo que não estive cá no mandato anterior, a realidade é que, sendo certo que a receita de IMT diminuiu, a verdade é que essa é uma receita que beneficia não só os residentes no concelho de Esposende, já o IRS é no fundo uma receita de um imposto que beneficia as pessoas que aqui são residentes, e por isso, mais uma vez lamento e já tivemos oportunidade de fazer esta discussão em dezembro, mas lamento que a respetiva taxa não tenha podido ser inferior.

Entretanto, fazia-lhe a seguinte questão, eu fiz aqui um exercício, na parte relativa aos ajustes diretos, e contei 224 contratos, a verdade é que 208 são ajustes diretos, 15 são concursos públicos e 1 deles não está identificado. Alguns são concursos públicos puros, outros com vinculação. Gostava que me explicasse qual é a transparência e o rigor, que subjaz a estas questões, tanto mais que muitos deles dizem respeito, para além das obras como é evidente, e que são necessárias e que não estão em questão, muitos deles dizem respeito a consultorias, a trabalhos especializados e sendo certo que para além destes que aqui estão, é evidente que

transitamos já para o período deste ano, mas a verdade é que eles continuam a acontecer. Não consigo perceber porque é que se fazem ajustes diretos e porque é que não se fazem consultas ao mercado e porque é que não se fazem concursos públicos, porque penso que o município só tinha a beneficiar com isso.-----

Por último interveio a Senhora Deputada Municipal Anabela Solinho, nos seguintes termos:

“Gostaria apenas de colocar duas perguntas muito concretas, uma delas é, gostaríamos de saber por que razão as contas da Zendensino não foram aprovadas, e a segunda pergunta é por que razão gastaram quase mais de cinquenta mil euros, na Peregrinação a Santiago de Compostela?”-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

“Agradeço ao Dr. Penteado Neiva, pelas referências que fez ao desempenho final do executivo.

Dr. Tito, respostas muito diretas, se eu acho importante gastar dinheiro nos Sons de Verão e nas atividades de verão? Acho, e acho que não é comparável com coisíssima nenhuma porque, é já uma imagem de marca do município de Esposende há muitos anos, somos um município claramente vocacionado para o turismo e não há turismo sem haver atividade e sem haver esse tipo de eventos.

A questão de se gastar mais ou menos dinheiro, saiba que há um nível de qualidade que também temos que manter, não nos serve qualquer coisa aqui para Esposende e temos também que tentar nivelar o município por cima, aliás eu desafio-o a olhar para os municípios vizinhos e comparar exatamente estas rubricas com os municípios vizinhos e ver se não gastam muito mais dinheiro do que nós.

Nós acabamos por nos concentrar numa dada fase do ano, dar dimensão a esse evento através de uma comunicação nos órgãos de comunicação de âmbito nacional, se forem a Viana os placares estão lá afixados ao longo das vias com os valores que se gasta, se forem a Barcelos veem a mesma coisa, Famalicão, Póvoa e por aí fora, mesmo assim, nós devemos ser aqueles que menos gastamos e que mais benefício retiramos para a economia local. É mais do que óbvio que as pessoas optam por passar as suas férias cá, as famílias por estarem cá, e isso traduz-se em economia. A Câmara gasta dinheiro? É verdade, mas não se pode comparar o dinheiro que se gasta numa coisa destas, com um apoio que se vai dar a uma junta, são coisas completamente distintas e nós temos sabido estar presentes em todos os momentos das Autarquias e das Instituições Sociais do Concelho.

Não deixou de ser curioso vê-lo defender tantas vezes a deputada Tânia Mota e ela desenrasca-se tão bem, apesar da pouca experiência que tem, portanto não deixa de ser uma aliança curiosa, espero que, nas próximas legislativas não venha a ter uma “geringonça” com o CDS, penso que isso não irá acontecer.

Em termos do Centro de Negócios, o edifício tem toda autorização de utilização e nem poderia ser de outra forma, tem todos os certificados energéticos, tudo o que é necessário caso contrário não se poderia fazer o contrato, o que acontece é que está dividido em várias frações e como nós vamos remodelar o edifício e dar-lhe uma nova redistribuição interior, temos que partir paredes, até por isso existe um projeto, ao fazer isso vamos unir várias frações e criar uma relação diferente entre elas, o que nos obriga a uma adaptação da propriedade

horizontal, que pode não ser reversível e isso é que é necessário acautelar de início, para quando formos entregar o edifício ao proprietário, se nos exigir que repunhamos as frações tal como elas eram no início, não termos que pagar nenhuma indemnização por não ser possível reverter a situação. É só isso que está em causa, não está em causa a outra circunstância.

Em relação aos valores que estão a ser pagos, posso dizer-lhe que a renda foi calculada por uma avaliação externa à Câmara, não fui eu que defini a renda, nem tão pouco o proprietário. São 750 metros de área disponível, na zona mais nobre da cidade de Esposende, voltado para o Rodrigues Sampaio e a boa gestão ou má gestão vê-se no final, porque está em curso uma negociação, e não a meio do processo.

Quanto a termos a água mais cara, todos sabemos comparativamente, o custo da água em Esposende com a água de outros municípios, é verdade. Também é verdade que, muitos dos municípios tinham captações próprias e usufruíram de uma situação de ilegalidade durante anos a fio, nomeadamente Viana do Castelo. Mais do que isso, a grande maioria dos municípios que tem a água mais barata do que Esposende, tem dívidas astronómicas às Águas do Norte e eu sei o que estou a dizer, milhões de euros que devem às Águas do Norte, portanto, assim também eu faço mais barato, se for para ficar a dever, até podemos por a água sem pagar, mas nós orgulhamo-nos de ter uma empresa estabilizada, que ainda hoje foram aqui apresentadas as contas, que não tem dívidas às Águas do Norte.

Eu tenho que dar os parabéns a quem teve a coragem, em tempo próprio de equilibrar o custo que tem esta operação, porque é isso que hoje a ERSAR diz a toda a gente, portanto em tempo próprio, teria sido uma péssima opção manter abaixo do custo e hoje poderíamos estar totalmente endividados ou o município a solver recursos próprios doutras áreas, para financiar a água. É o grande problema, porque é que quase todos os municípios da zona norte têm dívidas enormes às Águas do Norte, neste momento às Águas de Portugal, indiretamente às Águas do Norte? Porque não há coragem política para cobrar às pessoas aquilo que efetivamente custa o serviço. É preciso pensar também no custo das infraestruturas, da manutenção das infraestruturas, dos investimentos que foram feitos. As Águas do Norte tiveram que se financiar, para fazerem milhares de quilómetros de tubagens e, portanto, é daí que resulta esse custo de água.

Não é barata, mas é o custo para manter uma empresa saudável.

Quanto à questão de Mar, lamento ter-me esquecido da sua questão, mas não vou deixar de lhe responder agora, eu sei onde querem chegar e não tem nada a ver com a freguesia de Mar, tem a ver com posicionamentos políticos de algumas pessoas da freguesia de Mar.

A freguesia de Mar merece-me todo o respeito, foi uma freguesia na qual, olhando para o mandato anterior, fizemos um investimento naquela demolição que lá foi feita, que foi exemplar, de um valor exorbitante, foi um processo extremamente bem gerido, a população de Mar está de parabéns e foi dito na altura pelo Senhor Ministro do Ambiente que veio ali para o início da empreitada, pelo Senhor Presidente da República no final, dignificamos a freguesia de Mar, em relação à presença das mais altas autoridades do País, foi feito um investimento tremendo, resolveu-se um problema que era uma vergonha, assim como é a questão de Cedovém e outras, são zonas de génese ilegal, que não dignificavam o nosso concelho, a freguesia ficou muito melhor, é verdade que aquela zona sofreu um problema gravíssimo de erosão costeira, mas não foi a Câmara nem o Presidente Benjamim Pereira que criou o problema, foi o mar que criou aquele problema, há muitos anos a esta parte e tinha lá edificações a caírem ao mar, a colocar em risco as próprias pessoas que lá iam.

Neste momento, tem lá uma zona completamente resolvida desse ponto de vista, tem o problema da praia é verdade, mas isso é um problema de erosão costeira, aliás posso-lhe dizer que eu mesmo já autorizei por duas vezes, pelo menos, a reposição de areia naquela praia e está aqui o Sr. Presidente da Junta que não me deixa mentir, para que as pessoas possam ter o mínimo de conforto. Agora, esperar que S. Bartolomeu do Mar venha a ter uma praia como já teve em tempos, isso não vai acontecer, lamento dizê-lo, mas não é possível que isso venha a acontecer.

O que eu posso dizer, em relação ao parque de estacionamento é, sabe quem comprou o terreno para a construção do parque de estacionamento, que não estava previsto em lado nenhum, muito menos nos meus compromissos para com a freguesia? Fui eu e o executivo que me acompanhava no mandato anterior, que compramos aquele terreno, infelizmente o proprietário até faleceu pouco tempo depois, uma pessoa a quem eu tenho ainda hoje que agradecer e agradeço à família a disponibilidade, por uma permuta, nem sequer foi com dinheiro, compramos três mil metros lá em baixo, que já disponibilizamos para as festas, para a Romaria, na altura própria, que foi necessário em função das obras que lá estavam a decorrer, ponto número um; ponto número dois, havia um problema gravíssimo na freguesia de Mar, que tinha a ver com a zona do Menir por trás da igreja, uma obra inacabada, porque o proprietário não queria ceder o terreno e conseguimos ao fim de muito tempo, e está cá o Dr. Maranhão Peixoto que não me deixa mentir e que foi uma das pessoas responsáveis por chegarmos a esse acordo com os proprietários e conseguimos terminar uma empreitada que não se conseguia terminar, por não haver acordo com os proprietários e hoje está lá com dignificação e com melhoria do acesso e da passagem, pela parte poente da igreja; terceiro aspeto, o caminho das fontes, uma exigência que me foi feita por muita gente de S. Bartolomeu do Mar, um caminho de acesso ao monte, que é o único caminho que Mar tem de acesso ao monte, foi terminada a empreitada há um mês atrás eu não acompanhei na totalidade, sei que neste momento a empreitada está terminada, há só lá uma questão de um muro para resolver, mas está terminada e devidamente pavimentada.

Virem aqui tentar impor a ideia de que há um ostracismo em relação à freguesia de Mar, isso é completamente mentira.

Não é verdade, a população de Mar merece-me todo o carinho, todo o apoio, agora o posicionamento de certas pessoas é criticável, tenho direito a fazê-lo, agora dizer que eu ostracizo a freguesia por causa disso, pode ter a certeza que isso não vai acontecer e desafio as pessoas que me dizem isso, a fazer uma distribuição das verbas “per capita” pelas outras freguesias a ver se não saíram largamente beneficiados no mandato anterior.

Quanto às questões da Deputada Sandra Bernardino claro que sim, aproveitei o “overbooking” e muito mau gestor seria se não tivesse aproveitado obras que estavam feitas e não tinham sido financiadas, para recuperar investimento, como foi o caso das obras no Estádio de Esposende, foram vários investimentos que foram feitos, que na altura própria foi possível apresentar as candidaturas, da mesma maneira que eu estou agora a fazer um conjunto de obras com financiamento municipal e espero um dia destes, eu ou alguém que cá esteja na altura própria conseguir ir buscar esse mesmo dinheiro, é uma estratégia que só é possível ser feita quando se tem alguma liquidez e alguma possibilidade de se fazer investimentos. Eu recordo-me do primeiro, que eu me lembre foi o Centro Interpretativo de S. Lourenço, uma obra que foi desenvolvida pela Câmara em 2011, se não estou em erro, e depois houve uma bolsa de mérito e que foi possível candidatar e recuperar o dinheiro.

Quanto à questão do plano de gestão de energia, temos que pensar assim, houve um dado momento, em 2010, 2011 em que iniciamos um processo, foi na altura em que o IVA passou de 6% para 23%, relativamente à energia, foi um aumento de 17% diretos, sobre o custo, iniciamos um processo de revisão do contrato que tínhamos com a EDP, havia um valor de investimento de 12% do valor global da renda anual, e tentamos que fosse feito mais ou menos de acordo com as nossas orientações a partir dessa altura e começamos a introduzir um conjunto de tecnologias para diminuir o custo, introduziram-se redutores de fluxo ou reactâncias de duplo nível, em termos técnicos, um conjunto de elementos inovadores, algum led e fez-se um processo de desligação, em que se desligaram cerca de 30% das luminárias em todo o concelho, altamente criticado e todos os Presidentes de Junta me pediam para religar novamente a iluminação. Posteriormente houve um investimento através do processo "mais energia do Cávado", trezentos e tal mil euros de tecnologia led e nós entendemos que, como estávamos a introduzir tecnologias que implicavam poupança, optamos por começar o processo de religação. Obviamente que, ao religarmos estamos a gastar mais, a novidade aqui não é nenhuma, os custos foram aumentando, como nós religamos, obviamente que não podíamos ter redução, agora a comparação não se faz assim, a comparação é se nós não tivéssemos introduzido nenhuma tecnologia, se não tivéssemos feito nada, quanto é que nós estaríamos a pagar agora. Eu já tinha consciência que quando passássemos para um processo de religação, obviamente que iríamos gastar mais dinheiro, mas isso é um bem público que muitas vezes me pediram aqui, para que houvesse essa religação e penso que ela estará concluída neste momento em todo o concelho.

Quanto à questão dos terrenos para parques empresariais, não compramos nenhum, os moinhos compramos dois e Parque da Cidade não compramos terreno nenhum.

Das questões da Deputada Tânia Mota, critérios para atribuição de subsídios, eu não sei até que ponto é possível definir critérios atendendo à variedade de solicitações que temos, por exemplo, quando me coloca a questão dos Bombeiros e da ACICE, estamos a falar de realidades completamente diferentes. Os da ACICE, foram atribuídos em função de um conjunto de iniciativas e dinâmicas que a própria instituição, que é a única instituição em boa verdade, de Esposende, que desenvolve essa atividade junto dos empresários e tem a ver com isso, é-nos entregue um plano de atividades e em função disso nós atribuímos um valor, quanto aos Bombeiros estamos a falar de realidades completamente distintas nós temos um subsídio anual e depois temos um conjunto de apoios, por exemplo, ainda há dias fizemos um protocolo com os bombeiros de Esposende para formação, nós precisávamos de formação, eles podem dar formação, fizemos um protocolo de 15.000 euros com eles, com os bombeiros de Fão, apoiamos na aquisição de uma carrinha e depois mais um valor para o transporte de animais feridos, portanto são coisas completamente distintas, não sei se é possível regulamentar isto e ter critérios de equivalência de atribuição de valores, porque é muito difícil colocar numa balança o que é a atividade industrial, comercial, etc e noutra o que é a atividade de solidariedade, de socorro, etc. No fundo, eu acho que isso está no âmbito da discricionariedade que é possível aos políticos utilizarem, desde que, não haja critérios desviantes e penso que no nosso caso é mais do que evidente que não andamos por esses caminhos.

Já para instituições da mesma índole poderia haver aqui critérios mais fáceis de aferir, não deixo de concordar consigo.

Quanto à questão do IRS é verdade, aumentou o IRS, mas vamos lá ver, eu não sei fazer dinheiro, se nós temos a situação financeira que temos é porque evidentemente há um aumento

da atividade, quase me apetece apelar, há dois modelos, há o modelo da austeridade e há outro modelo que pressupõe um investimento económico e desenvolvimento económico como gerador de riqueza. Eu aposto muito mais num modelo de desenvolvimento económico, de investimento, de cativar pessoas, de gerar economia, do que propriamente num modelo em que eu vá restringir apoios, etc, ou seja, há aqui um aumento normal de IRS porque de certeza, se o IRS é indexado ao rendimento singular das pessoas, e se aumentou a receita é porque as pessoas receberam mais, é porque há mais gente a contribuir. Isto tem a ver com políticas de âmbito nacional.

Também há o caso das taxas urbanísticas que tiveram uma quebra brutal nos últimos anos, estão a recuperar agora, mas são muito inferiores ao que eram há dez anos atrás, é incomparável, temos que lidar com essa realidade, ou seja há um equilíbrio em tudo isto. Quanto ao IUC anda mais ou menos pelos oitocentos mil euros.

Quanto aos ajustes diretos é preciso perceber uma coisa, o ajuste direto está previsto na lei, não é ilegal, é um procedimento muito mais ágil do que o concurso público e há certas coisas que têm que ser feitas na Câmara que não podem esperar, há prazos, há coisas que têm que ser feitas rapidamente e, portanto, socorremo-nos daquilo que a lei nos permite. O que não é verdade, é que façamos isso só com uma pessoa, há consulta mesmo para as aquisições, etc, sempre a duas ou três entidades por norma, por causa dos procedimentos da qualidade, não é verdade que vá a A, B, ou C, embora com toda a sinceridade e honestidade se estamos bem servidos num determinado serviço devemos trocar? Se estivermos dentro do preço do mercado? Deixo essa dúvida para quem souber gerir melhor do que eu. Eu por norma quando estou bem servido não mudo.

Quanto à questão da deputada Anabela Solinho, a peregrinação a Santiago, teve a ver com uma candidatura que foi efetuada e este valor teve a ver com a Festa da História "Caminhos de Santiago", não foi para nenhuma peregrinação a Santiago. Foi uma candidatura que se apresentou no âmbito dos Caminhos de Santiago, que depois serviu para nós pagarmos, e não foi para financiar a ACICE coisa nenhuma, o valor veio e o trabalho foi efetivamente desenvolvido pela Associação, mas foi o dinheiro que veio de uma candidatura, ou seja, nós nunca gastamos tão pouco dinheiro com a Feira Medieval, que passou a chamar-se Festa da História "Caminhos de Santiago", como neste ano.

Em relação às contas da Zendensino ainda não estão aprovadas, estamos neste momento a fazer duas coisas, a primeira, não sei se sabe, mas houve eleições na Alfacoop que é um dos cooperadores da Zendensino e, portanto, queremos esclarecer junto da nova direção, que ainda não tivemos oportunidade de o fazer embora já o solicitássemos, em relação aos seus representantes na Zendensino. Outra questão, tem a ver com a legitimidade dos órgãos eleitos e queremos avaliar uma circunstância em relação ao Conselho Fiscal, porque é preciso um parecer do Conselho Fiscal em relação às Contas, e queremos saber se as pessoas que indicamos da Câmara Municipal, estão ou não devidamente empossados para poderem emitir esse mesmo parecer e responsabilidade pelas contas a apresentar e é só por isso, portanto dentro de poucos dias o assunto será resolvido."-----

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2017, DO QUAL FAZEM PARTE OS SEGUINTE DOCUMENTOS: RELATÓRIO DE GESTÃO E RESPETIVOS

ANEXOS (MAPA RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA; MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA; MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA; EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS; EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA; FLUXOS DE CAIXA; OPERAÇÕES DE TESOURARIA; MAPA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – DESPESA; MAPA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – DESPESA; MAPA DOS SUBSÍDIOS CONCEDIDOS; MAPA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RECEITA; MAPA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – RECEITAS; MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA; MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA; MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS; MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; SITUAÇÃO DOS CONTRATOS; CONTAS DE ORDEM; MAPA DE OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS; MAPA DE EMPRÉSTIMOS; BALANÇO; DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS; ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS) E APROVAR A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS. VOTARAM A FAVOR 12 MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E OS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIA, NUM TOTAL DE 21. VOTOU CONTRA 1 MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP E ABSTIVERAM-SE 3 MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, 4 MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO JPNT E 1 MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, NUM TOTAL DE 8.-----

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Congratulo-me com a aprovação destes documentos, muito embora os presidentes de junta queiram sempre mais para as suas freguesias, o que é compreensível e salutar. Também importa referir que ainda continuam por entregar as garagens do condomínio e que temos aqui uma história de filhos e enteados em que os filhos são os de Esposende e os enteados são os de Fão, onde ainda não foi retirado o luselite do aldeamento do Caldeirão.”*-----

Pelo membro do Grupo Político do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto contra porque ainda não há saneamento em parte da freguesia de Mar e também porque a Câmara Municipal se esquece, o que chega a ser ofensivo, que grande parte das romarias são no mês de agosto, data em que as comissões de festas têm de contratar artistas e em que ficam com problemas porque a Câmara contrata artistas de nome para as mesmas datas, seria melhor a Câmara ajudar estas comissões. Ainda e também, referir que a POLIS praticamente nada fez em Mar, relativamente à erosão costeira.”*-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Abstemo-nos nesta votação porque é um documento relativo ao que foi executado no ano anterior, muito embora, atendendo ao plano aprovado e ao que foi feito até à presente data, prevemos que no próximo ano iremos votar contra a prestação de contas do ano em curso, isto porque estamos altamente insatisfeitos com a forma de atividade da Câmara Municipal, com os atrasos em várias obras em curso, e um conjunto de atividades que não revelam um verdadeiro rigor na gestão dos dinheiros públicos.”*-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O que está aqui em causa é a aprovação de um documento técnico e que, como documento técnico, está bem elaborado. Mas, uma vez que o mesmo traduz um programa político com o qual não concordamos e no qual não nos revemos, abstermo-nos.”*-----

02.11 – APROVAÇÃO DE REVISÃO ORÇAMENTAL DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2018 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de abril de 2018, foi presente na sessão, para aprovação, Revisão Orçamental dos Documentos Previsionais para o ano de 2018 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto à discussão, verificou-se a intervenção do membro do Grupo Político do CDS-PP que solicitou os seguintes esclarecimentos: *“Quais as razões para o reforço das rubricas de outros trabalhos especializados, de estudos, pareceres projetos e consultoria e da rubrica de pessoal quando, neste caso, aqui foi aprovada uma nova reorganização e na altura, em dezembro foi garantido pelo Senhor Presidente que aquela não implicaria aumento de custos com pessoal. Relativamente às outras rubricas a que fiz referência, gostava de perceber a que dizem respeito esses estudos, esses pareceres, esses projetos. No fundo, a necessidade de reforço vai ao encontro de que necessidades e o mesmo na rubrica de outros trabalhos especializados.”*-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

“Em relação aos estudos, pareceres e projetos, nós estamos a iniciar um projeto para o PARU, temos que concretizar o Arquivo Municipal, o Mercado Municipal, o Largo Rodrigues Sampaio, as intervenções na zona central de Marinhãs, a Alameda do Bom Jesus em Fão, um conjunto de estudos já identificados e que temos que elaborar os projetos para apresentar as candidaturas e posso-lhe dizer que isso tem que ser feito até ao final deste ano, daí a urgência de reforçar essas verbas, tem exatamente a ver com isso. De resto o Dr. Nuno Capitão poderá eventualmente explicar melhor.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de seguida a palavra ao Dr. Nuno Capitão, chefe da Divisão de Contabilidade e Finanças da Câmara Municipal, que prestou os restantes esclarecimentos.

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A REVISÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O CORRENTE ANO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA. VOTARAM A FAVOR 12 MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E OS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIA, NUM TOTAL DE 21. VOTARAM CONTRA 3 MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E ABSTIVERAM-SE 1 MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, 4 MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO JPNT E 1 MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, NUM TOTAL DE 6.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Nós tínhamos jurado que, neste primeiro ano de mandato, os documentos previsionais e suas alterações, iriam ter o nosso beneplácito e, por conseguinte, nos iríamos abster ou votar a favor, no entanto, face à total ausência de explicação minimamente satisfatória e cabal face à proposta aqui apresentada, não nos deixa outra alternativa que não seja votar contra.”*-----

02.12 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA HABITA +, COM DISPENSA DA AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS, E RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DA REDAÇÃO AGORA APROVADA, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de abril de 2018, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal de Alteração ao Regulamento Municipal do Programa Habita +, com dispensa da Audiência dos Interessados, e Ratificação dos Apoios concedidos pela Câmara Municipal no âmbito da redação agora aprovada, nos termos da al. g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivado original da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto à discussão, foram solicitados alguns esclarecimentos por parte do Grupo Político do JPNT, nos seguintes termos:

“Este assunto não foi já presente a esta Assembleia Municipal e não foi retirado, o que é que mudou entretanto, os procedimentos já foram alterados?”-----

O Senhor Presidente da Câmara, depois de autorizado pelo Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra à senhora Vereadora Eng^a. Alexandra Roeger que prestou os seguintes esclarecimentos:

“Quando veio o assunto à outra Assembleia, não estava devidamente instruído, o que acontece foi que na fase quando foi feita a consulta pública deste documento, em 2017 se não estou em erro, não houve qualquer tipo de contributo de ninguém, e o que se pensou desta vez foi, para não se ter que passar novamente pela consulta pública, foi precisamente dispensada a audiência de interessados, que era o que faltava na anterior proposta. Com base numa

informação técnica, em como, na primeira fase de elaboração do documento não houve qualquer tipo de manifestação por parte de ninguém e como neste momento esta alteração em concreto só vem beneficiar os utilizadores deste regulamento, entendeu-se dispensar a audiência dos interessados, até porque não há limitação de acesso, pelo contrário estamos a alargar o acesso aos agregados familiares a outras tipologias, logo não haverá prejuízo para os utilizadores.-----

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA PARA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA HABITA +, COM DISPENSA DA AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS, E RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL NO ÂMBITO DA REDAÇÃO AGORA APROVADA. VOTARAM A FAVOR 12 MEMBROS DO GRUPO POLÍ

TICO DO PPD/PSD, OS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIA, 1 MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, 4 MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO JPNT E 1 MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, NUM TOTAL DE 27. ABSTIVERAM-SE 3 MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS.-----

02.13 – ELEIÇÃO DE CIDADÃO ELEITOR QUE REPRESENTARÁ A CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO Nº 1 DO ARTIGO 17º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 142/2015, DE 08 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na sessão ofício da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Esposende, onde é solicitado à Assembleia Municipal de Esposende que promova a eleição de um representante na Comissão Alargada da CPCJ, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foi apresentada uma proposta pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende nomear como representante na Comissão Alargada da CPCJ o cidadão Vitor Manuel Queirós Quintão.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, COM 22 VOTOS A FAVOR, 5 VOTOS CONTRA E 3 ABSTENÇÕES E DESIGNAR PARA REPRESENTAÇÃO NA CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, O CIDADÃO VITOR MANUEL QUEIRÓS QUINTÃO.-----

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Sr.^a Vanessa Azevedo que em síntese disse:

“Boa noite a todos os presentes,

Senhor Presidente da Câmara, eu não estou aqui por motivos geopolíticos, embora seja de Mar, mas estou aqui, para abordar um tema que já foi falado hoje nesta Assembleia, que já foi falado noutras Assembleias e tem a ver precisamente com a praia de S. Bartolomeu do Mar.

Hoje, todos utilizamos a internet e há uns tempos atrás eu fiz uma pesquisa simples, praia de S. Bartolomeu do Mar e fiquei muito contente por ver que a primeira entrada era a do site e da aplicação visite Esposende e a minha, a nossa praia de Mar aparecia na lista das praias e fiquei também muito contente quando percebi que havia informação associada a essa praia e não uma simples mensagem como “a praia não está, ou está interdita à utilização de pessoas”, já que é isso que nos tem sido transmitido sistematicamente, mas as boas notícias ficaram por aqui, a mim pessoalmente deu-me vontade de rir, não sei que vontade dará às outras pessoas que aqui estão.

Eu vou-vos ler de forma muito sumária quais são as características da praia de Mar neste site:

“É uma praia extensa, inserida num complexo sistema de dunas, com seixos e curto areal. Fácil acesso a partir da EN13. Apresenta-se rochosa com muitos seixos rolados, devido à erosão marinha, tende, por isso a ser um excelente lugar para levar a família e fazer atividades/jogos de lazer.

Serviços: Restaurante. Bar/cafetaria. Caminhos pedestres.

Acessos: Fácil.

Atividades Desportivas/Lazer: Pesca desportiva. Percursos pedestres. Naturismo.”

Meus caros, todos sabemos que naturismo é um eufemismo para nudismo, o que é que eu fiz a seguir? Fui ver o que dizia sobre a praia de Belinho e voltamos ao mesmo:

“É uma praia extensa, inserida num complexo sistema de dunas...” e depois nas atividades “Pesca desportiva. Percursos pedestres. Naturismo.”

Aqui eu pensei, ok então se calhar é o município de Esposende que está aqui com uma perspetiva ecológica, inovadora, inclusiva e, portanto, todas as praias do concelho estão vocacionadas para a praia de nudismo e portanto fiz uma busca por todas as praias e fui ver o que dizia, mas não, só as praias de Mar e de Belinho é que estão destinadas para praias de naturismo.

Sr. Presidente, eu já sei que foi a erosão marinha que provocou os estragos na praia, eu já sei que a Polis é a responsável pelas obras. Agora, eu peço-lhe um esclarecimento e resposta a duas questões muito simples. Um esclarecimento se o site visite Esposende é ou não da Câmara, e as questões simples são, quem escreveu este conteúdo e a segunda pergunta, quem aprovou a divulgação deste conteúdo, porque os Marenses e os Belinhenses merecem resposta a estas perguntas e merecem respeito, e eu não acredito que nenhuma das pessoas aqui presentes, independentemente de ser de Mar, ou de Belinho, ou de qualquer outra freguesia, gostasse que alguém tivesse a ideia peregrina sem que lhes fosse perguntada qual era a

opinião, de atribuir este rótulo de naturismo à sua praia ou a qualquer zona de lazer, e portanto Sr. Presidente eu peço-lhe uma resposta para esta questão.”-----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao segundo inscrito, Sr. Manuel Azevedo, que em síntese disse:

“Boa noite a todos,

Eu queria colocar uma questão ao Sr. Presidente da Câmara, relacionada com a Estrada das Fontes, o Sr. Presidente já disse que as obras estão concluídas e eu queria saber porque é que não foram feitos os acessos a todos os terrenos do lado norte, logo o primeiro terreno não tem acesso, portanto há uma vala para onde vai correr a água que impede a entrada no terreno e depois na parte final, todos aqueles terrenos também não têm os acessos feitos. Há apenas dois ou três, que dão acesso a um outro caminho, mas há várias propriedades onde os acessos foram eliminados. Os terrenos tinham acessos e com as obras foram retirados.

Depois queria saber também, porque é que não se colocaram os lancis em toda a extensão da via, e queria que esta obra, Sr. Presidente que é fundamental para Mar, que realmente durasse muito tempo, mas não sei se vai durar, porque aquele terreno tem muita água, houve determinadas zonas onde as águas não foram apanhadas para um canal próprio ao lado da estrada, e as águas neste momento estão a correr para a via, para a própria estrada e andam as águas e são muitas, circulam numa média de 30 metros a toda a extensão da estrada e com uma altura, sobretudo quando chove, bastante significativa. Essa parte técnica das águas em vários pontos não foram acautelados, e se formos ainda hoje à parte final da estrada, a água nasce ao lado da estrada, onde acabou a estrada, sem proteção porque não há lancil a segurar a estrada e, portanto, eu queria que a estrada durasse muito tempo, mas não sei se, conforme está, vai durar. Já não falo que se podia ter aproveitado a curva da mina, de se alargar, porque se for preciso passar um camião pesado, grande dos bombeiros, não consegue fazer a curva, quando tinha espaço mais do que suficiente para se aproveitar o terreno.

E depois, também não sei porque é que não se recolhem as águas que foram todas passadas para o lado norte e lançadas numa propriedade que eu não sei de quem é, sei quem foi o proprietário em tempos, mas neste momento não sei quem é, e sempre pensei que fosse feita ali uma canalização ou uma tubagem para recolher essas águas que foram todas deitadas para o lado sul e efetivamente estão a cair todas para o lado desse terreno. Tenho dito.”-----

Seguidamente pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao terceiro inscrito, Sr. Manuel Carvoeiro, que em síntese disse:

“Senhor Presidente, muito obrigado,

Falou-se no 25 de abril e eu não resisto a dizer que, a não comemoração do 25 de abril neste município, continua a ser uma aversão, qual doença crónica que é uma marca genética das maiorias que têm governado e governam este município.

E eu não posso esquecer a história relativamente a esta matéria.

Não comemorou abril no concelho Losa Faria e a sua maioria CDS, abril não foi comemorado por Laurentina Torres e a sua maioria CDS, abril não foi comemorado por Alberto Figueiredo e a sua maioria PSD, abril não foi comemorado por Tito Evangelista quando governou a Câmara, na altura no PSD, abril não é comemorado por Benjamim

Pereira e abril não foi comemorado pelas Juntas de Freguesia do PS, que pontificam este concelho.

A minha pergunta é esta, porque resistem tanto para comemorar o 25 de abril?

Só nas datas redondas porquê? Comemoram os vossos aniversários também só nas datas redondas?

Três perguntas muito diretas:

- qual o ponto da situação sobre a elaboração do regulamento do ruído dos bares e discotecas, um trabalho que resultou de uma unanimidade, um trabalho conjunto e de concordância conjunta relativamente a esta matéria, qual o ponto da situação. Em concreto Sr. Presidente, que trabalho temos sobre isto, tendo em conta que a época de veraneio se aproxima e, portanto, vamos ter a breve trecho este problema;

- segunda questão, o projeto educativo municipal foi uma das preocupações e foi uma das atividades até desencadeadas pelo anterior executivo, houve questionários, houve trabalho que foi distribuído aos atores educativos, pergunto a este executivo, qual o ponto da situação sobre o projeto educativo municipal;

- Escola Secundária Henrique Medina, uma data Sr. Presidente em concreto, quando teremos o início das obras na Escola Secundária Henrique Medina?

E, Sr. Presidente da Assembleia, só para terminar, perguntar se não há deputados nesta Assembleia, ou melhor, se todos os deputados, ou alguns dos deputados desta Assembleia acautelaram as garantias da imparcialidade, se não há deputados em situações de impedimento face à lei, desde logo o que diz o CPA sobre a matéria, ao aprovarem as Contas de Gestão do Grupo Municipal."-----

Por ter sido feita referência ao nome do deputado Tito Evangelista e às juntas de freguesia do PS, o Presidente da Mesa passou a palavra ao deputado Tito Evangelista que em síntese disse:

"Eu gostava de dizer que, quando estive à frente da Câmara não só comemorei o 25 de abril, como inaugurei uma rua em Esposende com o nome 25 de abril."-----

Prestado o esclarecimento, o Presidente da Mesa passou depois a palavra ao Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão que em síntese disse:

"Eu devo dizer que, em relação o facto de o povo vir para aqui questionar as Juntas de Freguesia, há um local próprio para colocar essas questões, que são as Assembleias de Freguesia e no nosso caso realizou-se uma, há 2 ou 3 dias atrás, onde foi dada resposta a esta questão lá."-----

O Presidente da Mesa passou de seguida a palavra à quarta inscrita, Sr.^a Luisa Torre, que em síntese disse:

"Boa noite a todos,

Gostava de começar com uma consideração que é a falta de respeito para com o público, da parte dos deputados que estão preocupados com vírgulas, não apresentam listas, não apresentam trabalho, não apresentam propostas e depois estão preocupados com quadradinhos e como votar.

Está-se a agravar um problema grande no nosso concelho e é geral no país, que é o abandono animal e neste caso a pouca resposta a ele. Em altura de eleições, todos os partidos presentes, ou quase todos, incluíram nas suas biblias políticas preocupação pelos mesmos, propostas, coisas fantásticas. Desde as eleições até à data, a única associação do concelho, à qual eu pertenço, só teve conhecimento de trabalho da parte do atual executivo, que está a trabalhar em torno deste flagelo e em conjunto com a Associação. Pergunto se até à data, que a associação não tenha conhecimento, foi entregue por parte de alguém, de algum partido da oposição, alguma proposta ou sugestão, porque criticar é fácil, trabalho é difícil e trabalho voluntário mais ainda, porque despendemos do nosso tempo extra.

Não sei se já conhecem as novas regras dos CRO – Centros de Recolha Oficiais, se conhecem a Lei que proíbe o abate em canis municipais, foi dado mais 6 meses para tal, portanto em 22 de setembro termina e quero saber quais são as soluções.

E Sr. Presidente, ainda bem que os critérios para atribuição de verbas para as Associações e Instituições, o caráter é urgência, porque se não fosse urgência não conseguiríamos colmatar este ano, este problema e espero efetivamente que este ano, este problema fique colmatado e penso que sim, que estamos no bom caminho.

Falando da ecovia, parece que o Sr. Presidente tem em vista algumas soluções para os tão falados estacionamento e eu gostaria de saber se efetivamente tem, porque aprovar posturas apenas, e falo nos casos de Fão e Apúlia, não me parece que seja a solução.”-----

E por fim o Presidente da Mesa passou a palavra ao Sr. Tito Gaifém, que em síntese disse:

*“Boa noite ao Senhor Presidente da Assembleia,
Cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara,*

Boa noite a todos sem exceção, principalmente ao público, porque me parece que o público aqui, muitas vezes não é referido e eu acho que o público é das pessoas que estão aqui sem receber dinheiro e, portanto, estão aqui porque são cidadãos e devem exercer cidadania.

A minha questão prende-se com o saneamento da Rua das Pedreiras, eu sei que um terço do saneamento da Rua das Pedreiras está a ficar concluído, dou-lhe os parabéns porque penso que a obra está a ficar do agrado das pessoas, mas a pergunta é quando é que vai concluir os dois terços que faltam da Rua Serpa Pinto.

Depois, tem a ver também com o PARU, qual é o nível de intervenção que tem no centro histórico de Fão até ao momento, e quais foram os particulares que já aderiram a essa iniciativa, se tem esses dados porque me parece muito importante. Eu sei que o PARU tem estado nalgumas freguesias, mas em Fão sendo um centro histórico muito relevante, parece-me que lá, neste momento nada se está a passar.

Outra obra importante e eu tenho sido frequentador ultimamente do mercado municipal de Esposende, além daquilo ser uma mistura de mercado, parece-me que, está a carecer de uma intervenção e foi uma promessa do Sr. Presidente da Câmara, queria saber também se tem equacionado essa intervenção lá, porque penso que há inclusive questões de salubridade, mas aí, não sou autoridade para averiguar isso.

Eu sei que o Sr. fica um bocado chateado sobre a variante de Fão, mas a variante de Fão, isto é como aquela mentira muitas vezes, não passa a ser verdade e uma obra que não é falada também não passa a esquecida e portanto, eu queria saber se efetivamente se consegue a variante de Fão, porque no boletim informativo há uma referência sobre a rotunda do Minipreço e o Sr. Presidente diz lá no texto que “se as estradas de Portugal não tivessem

verba para essa obra, o Sr. já tinha duzentos mil euros, para avançar com a dita obra”, porque é que não faz isso numa via estruturante e tão importante como é a variante de Fão? Sobre a esplanada de Ofir parabéns, a esplanada de Ofir foi retirada, não sei se o Dr. Tito teve alguma interferência, porque ele manifestou aqui ajuda, não sei se teve mas o certo é que ela foi retirada, e se efetivamente a Câmara Municipal de Esposende nas festas da vila de Fão teve alguma interferência, se contribuiu com alguma verba, e que contributo deu para a festa do Somos Portugal da TVI na Quinta da Malafaia, e se isso teve custos. E se me permite Sr. Presidente da Assembleia, eu tenho 30%, não sei porque é que o Sr. Presidente da Câmara por 30% olha para o território sul de Esposende de uma forma, permita-me a opinião, político-partidária, eu lamento que isso aconteça e gostaria que esquecesse esse pormenor, a ser verdade, naturalmente que, eu gostaria que a prática futura me desmentisse e a prática futura é fazer as obras estruturantes em Fão, que Fão carece e tem sido durante estes últimos anos muito abandonado, portanto eu queria saber se efetivamente o Sr. Presidente da Câmara corrige esta minha opinião com a prática e a execução das obras que Fão e Apúlia merecem. Muito obrigado.”-----

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas pelo público, tendo respondido, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente vou tentar ser sucinto, em relação à questão colocada pela senhora Vanessa Azevedo eu confesso-lhe que fui surpreendido por essa questão do naturismo, também faço a mesma interpretação que a senhora faz e não me parece nada adequado para S. Bartolomeu do Mar e para Belinho, e comprometo-me consigo a verificar o que é que se passou com esta situação, e porque é que consta o contexto naturismo, para uma praia que não é suposto em princípio penso eu, que tenha essa característica.

Como deve imaginar, eu compreendo a situação, mas o Presidente da Câmara não pode ler os textos todos e ver os textos todos que são publicados, nós temos que confiar na nossa estrutura, nos nossos técnicos, nos nossos vereadores, portanto admito que seja um erro, nunca foi discutido na Câmara Municipal, no executivo municipal, no meu tempo, a criação de praias de naturismo, mas eu comprometo-me a resolver a situação o mais breve possível.

O site já tem uns anos, não vou estar aqui a falar do passado, e confesso que não sei exatamente quando foi escrito aquele texto e, portanto, terei que verificar a situação.

Mas posso dizer que, estamos a pensar em um ou dois locais do concelho, para fazer uma praiazinha para cães, para quem tem os seus animais possa levá-los até à praia, ter um local para onde possam ser levados.

Quanto às questões colocadas pelo senhor Manuel Azevedo, antes de mais eu gostaria que pensassem desta forma, é uma reivindicação com décadas aquele caminho, nunca foi possível fazê-lo, foi muito difícil conseguir elaborar o projeto, o custo da obra, não tivesse sido uma prioridade manifestada pela Junta de Freguesia, não tinha feito aquele caminho. A Junta de Freguesia pediu-me muito, fez ver que era importante a pavimentação daquele caminho, porque era reivindicado pela população de Mar, e foi isso que nos levou a gastar cento e cinquenta mil euros numa obra daquelas. Já tinham tentado em tempos fazer uma intervenção naquela estrada e numa noite de chuva foi tudo pelo monte abaixo com a ajuda da água. Tivemos que desenvolver um projeto que andasse à volta do betuminoso e não da pavimentação em cubo.

Eu não tive conhecimento, ninguém fez chegar ao conhecimento da Câmara nenhuma queixa de falta de acessos a propriedades, isso não chegou à Câmara, admito que seja um canal muito mais simples através da Junta de Freguesia, mas sei que também não chegou à Junta de Freguesia qualquer queixa em relação à eliminação de acessos, é preciso saber se eles existiam, ou não existiam. De qualquer forma, independentemente de estar ou não a obra terminada, do ponto de vista daquilo que é a empreitada, nada implica que não se possa corrigir essas situações, se havia pessoas que tinham acesso através da via, não vão agora perdê-lo, são questões de projeto, o projeto não foi feito pela Câmara, foi mais um ajuste direto que nós fizemos para a elaboração de um projeto que era necessário, porque havia urgência na execução da obra que era há muito tempo reclamada. Portanto, admitimos que o projetista fez o levantamento topográfico, verificou onde estavam as entradas, estamos a falar de monte, não estamos a falar de parcelas agrícolas que estão muito mais definidas em termos de acesso, etc, é monte, admito que possa ocorrer isso, mas são questões sanáveis.

Quanto à questão da água sei que, ainda há uma situação para corrigir lá no local, não sei se está diretamente interligada com a empreitada ou não. De resto, são questões muito técnicas e como deve calcular não acompanho todas estas questões ao pormenor se tem ou não entrada, quando há reclamações envio-as aos serviços e eles têm que dar uma resposta, eu não tenho possibilidade de o fazer, embora faça questão de acompanhar mesmo aos fins-de-semana passar pelos locais das obras, e essa foi uma das que cheguei a visitar em tempos para ver como estava o seu desenvolvimento.

Do Dr. Carvoeiro em relação ao regulamento do ruído, o que lhe posso dizer é que está a ser desenvolvido neste momento e pretendemos tê-lo aprovado em tempo útil para se evitarem os problemas que sabemos que surgem sempre no verão em relação a esta matéria.

Quanto à questão do projeto educativo, também está em elaboração neste momento, não sei dizer exatamente qual é a data prevista, pedia à Senhora Vereadora Dr.ª Angélica Cruz para esclarecer sobre esta matéria.”-----

A Senhora Vereadora Dr.ª Angélica Cruz, depois de autorizada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, esclareceu nos seguintes termos:

“Em 2015, por força da alteração da legislação relativa à composição e funções do Conselho Municipal de Educação, ficou definido que, o Conselho Municipal de Educação teria que, aprovar o Plano Estratégico e Educativo Municipal.

Em 2016, o Conselho Municipal de Educação começou a elaboração desse Plano Estratégico com uma consultoria da Universidade Católica e como queremos que seja um documento participado e partilhado, foi criada uma equipa restrita do Conselho Municipal e temos vindo a trabalhar nele, fizemos várias entrevistas, vários grupos, tanto envolvendo as escolas como envolvendo vários serviços municipais e, entretanto fez-se a Análise SWOT e, vamos partir dos pontos fortes, fracos, tentar encontrar um Plano que tente no fundo congregar todos, em prol de um melhor serviço de educação aqui no concelho. Portanto, penso que não falta assim tanto, mas é preciso condições de trabalho e, logo que tenhamos isto mais avançado partilharemos aqui certamente, faremos a apresentação pública, mas não consigo neste momento precisar exatamente o tempo, porque depende muito também de trabalho da nossa parte que, não tem havido condições para o fazer.”-----

De seguida retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, nos seguintes termos:

“Relativamente à Escola Secundária Henrique Medina, era para ter sido hoje, vai ser na

quarta-feira a adjudicação, portanto está finalizado o processo de concurso público, a adjudicação, agora é preciso o visto do Tribunal de Contas e isso demora sempre um a dois meses. De qualquer maneira, a nossa expectativa é que em junho, no final das aulas, do ano letivo claro, se possa iniciar as obras, sendo que, estamos a falar de 630 dias de obra, que são praticamente dois anos, 21 meses, é este o prazo. Mas também é uma intervenção de dois milhões e duzentos mil euros, demora o tempo que tiver que demorar, desde que fique bem feito e que se cause o menor transtorno possível à atividade letiva, que isso é que é verdadeiramente importante. Quanto à última questão não temos conhecimento de nenhuma ilegalidade, para nós as pessoas estão a votar e a pronunciar-se nos termos da lei.

Da senhora Luisa Torres, foi apresentado por nós efetivamente um programa em relação a essa matéria no nosso programa eleitoral, estamos sensíveis, obviamente quem não está hoje sensível a essa questão dos animais, acho que isso é uma realidade, entretanto estamos a desenvolver um trabalho de facto em parceria com a associação, e vamos apresentar, em princípio até ao dia 15 de maio um Plano Municipal de Bem-Estar Animal e a Senhora Vereadora Eng.^a Alexandra Roeger tem aqui uma série de apontamentos em relação a esse Plano, que nós vamos apresentar dia 15 de maio e ela poderá, eventualmente, até dizer-vos algumas das iniciativas que temos previstas nesse Plano que vamos começar. É um Plano para implementar no concelho de Esposende, temos aqui coisas muito curiosas que depois a seu tempo irão ter oportunidade de avaliar e dar os seus contributos, mas vou passar a palavra à Senhora Vereadora Eng.^a Alexandra Roeger para vos explicar muito sucintamente do que se trata.”-----

Pela Senhora Vereadora Eng.^a Alexandra Roeger, depois de autorizada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi referido:

“De facto nós temos tido uma parceria bastante profícua com a ANIESP, temos vindo a desenvolver um trabalho bastante interessante com algumas novidades, gostaria de dizer que temos neste momento ao serviço uma nova veterinária municipal que nos está a ajudar a fazer todo este trabalho e esta organização. Desde logo algumas das atividades e sem querer tirar um bocadinho também da novidade que será, além do protocolo com a ANIESP, pretendemos realizar uma série de atividades ao nível da sensibilização, da formação, da educação junto das escolas, junto dos vários públicos-alvo acho que isto é o básico e é fundamental. Vamos promover um seminário de veterinários municipais, porque efetivamente são uma série de competências que estão agora afetas a estas pessoas e é necessário partilhar, porque há muitas dúvidas com estas novas legislações, há muitos problemas com que os municípios se vão deparar, desde logo com o problema da esterilização que também vão implementar, desde logo também com a necessidade de ter um conjunto de estratégias, para que os animais não sejam abatidos, porque é a isso que a legislação obriga, portanto vamos ter que dispor de recursos e meios para os abrigar e depois claramente as feiras de adoção, as caminhadas, vamos ter duas praias dedicadas aos animais, porque temos sempre muitos problemas com a gestão das praias de bandeira azul, porque as pessoas de facto querem levar os seus animais, é proibido e portanto, temos também essa perspetiva, e depois temos aqui algumas iniciativas um bocadinho diferentes, como a criação de um parque de agility para os animais e um projeto que está a ser desenvolvido com a divisão de coesão social. Nós vamos tentar associar a pessoas que tenham problemas e que estejam identificadas quer com os programas do bem me querem, portanto, pessoas vítimas de violência, pessoas vítimas de bullying, pessoas com alguns problemas do foro psiquiátrico e vamos tentar associar isto a uma série de atividades com os animais, não só com a Hipo terapia que já é usual, já temos feito isso, mas também

com cães e aí temos no âmbito do protocolo com a ANIESP essa parceria. Poderia dizer mais coisas, mas penso que isto depois será apresentado de uma forma mais sustentada pelo Senhor Presidente.-----

Retomou novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara, nos seguintes termos:

“Em relação à situação da ecovia e do estacionamento já foi aqui falado anteriormente, tentaremos encontrar soluções para o estacionamento, mas que passarão por encontrar espaços com capacidade para albergar um conjunto alargado de viaturas, não é pela questão pontual ou eventualmente pelas alterações do trânsito que se vai resolver o problema, é verdade, terá que ser com uma política de estacionamento efetiva, vamos tentar, aliás já há contactos a serem feitos neste momento com proprietários de terrenos para ver se nos conseguem disponibilizar os terrenos, para nós, pelo menos durante o período de junho a setembro, termos espaços para as pessoas estacionarem as suas viaturas, obviamente que isso depois irá ser concertado com a Junta de Freguesia.

Do senhor Tito Gaifém, em relação ao saneamento na Rua das Pedreiras, nós queremos entretanto finalizar aquela empreitada, ainda há um outro trabalho a ser feito na Rua das Pedreiras mesmo, não é na Rua Serpa Pinto, é nas Pedreiras, porque está previsto um alargamento daquela via, apesar de ela já ter uma certa dimensão, mas como tem uma vocação mais industrial, temos que tratar dessa questão, o trabalho está feito, o estudo está feito, aliás em boa verdade ela estava integrada na empreitada inicial, mas houve um conjunto de exigências, por parte de particulares, insuportáveis para nós, no sentido de serem exageradas, e portanto resolvemos considerar trabalhos a menos na empreitada para não estarmos à espera das decisões dessas pessoas e vamos avançar com um procedimento autónomo para ali. Portanto, vai ser menor o valor da empreitada inicial porque vão ser considerados trabalhos a menos e vamos pegar nesse dinheiro, que já estava adstrito para ali e tentar avançar depois com esses trabalhos que são muito importantes para aquela zona também. Quanto à restante, primeiro queremos fechar aquela, nós ali tivemos um apoio residual, de setenta e quatro mil euros para aquela empreitada, foi o que conseguimos arranjar, vamos ver, se houver oportunidade de haver mais Fundos Comunitários, cá estaremos para fazer o prolongamento daquele saneamento, para a zona que falta.

Quanto ao PARU, o PARU tem duas componentes, de investimento privado e público, de investimento privado neste momento há possibilidade das pessoas se candidatarem, quem tiver o seu imóvel, ou então, neste momento já este aumento do IMT está um pouco relacionado com a aquisição de imóveis, e isso tem acontecido aqui na cidade de Esposende e em Fão também, que eu tenho conhecimento de alguns projetos neste momento, de algumas casas que estão a ser recuperadas já e é um bocadinho “à custa” em virtude destes apoios que estão a ser fornecidos. Portanto, dos privados funciona nessa vertente, a pessoa compra, ou é proprietário, avança com a requalificação e tem um conjunto de benefícios que estão devidamente identificados e foram aprovados nesta Assembleia. Do investimento público, são aquelas ações que eu acabei de referir, que são em quatro freguesias apenas, Apúlia, Fão, Esposende e Marinhãs, são as quatro áreas de reabilitação urbana, ARUS para essas zonas. Aí, já houve algumas intervenções, por exemplo em Fão, posso dizer que a Rua e a Travessa Eng. Losa Faria, foram feitas “à custa” do valor do PARU, por exemplo em Fão.

Em Apúlia, a requalificação à volta da igreja é uma obra do PARU, a tal Alameda do Bom Jesus, será uma obra do PARU, e por aí fora, o Museu do Sargaço e a Escola de Areia também estão integradas no PARU, isto em Apúlia e a Prior Nogueira também, portanto há

um conjunto de vias que foram na altura identificadas como obras de necessidade, dentro do enquadramento financeiro que tínhamos, porque o dinheiro era aquele, pedimos mais verbas, estamos sempre a reivindicar, ainda agora, quarta-feira tenho que ir a Alfândega da Fé para uma reunião com os autarcas da zona norte, das áreas metropolitanas, etc, no fundo para pressionarmos o Governo também, no âmbito da revisão do quadro comunitário agora em vigor, do Portugal 2020, para que haja uma afetação de verbas às áreas em que podemos beneficiar um bocadinho, porque havia a ideia de que esse dinheiro podia ser desviado para o Porto, ou para Lisboa para o metro de Lisboa, e claro que todos os autarcas de todos os partidos da zona norte estiveram contra, todos estiveram contra esta intenção do Governo e foi votada em Concelho Regional, por unanimidade.

Quanto ao mercado municipal é uma das obras do PARU, precisamente integrada no PARU aqui em Esposende.

Quanto às festas de Fão, não contribuímos para as Festas de Fão.

Em relação à variante de Fão eu não fico nada chateado quando me falam da variante de Fão, eu só fico chateado por não ter dinheiro para a fazer, é só por isso, não é pela pergunta, eu já lhe respondi a isso aqui na Assembleia, disse-lhe que era uma via prioritária, que se eu tivesse possibilidades de a candidatar pode crer que o faria, porque entendo que é importante, é mais importante do que outras, mas não me venha dizer que com duzentos mil euros se faz alguma coisa, porque não faz nada, não vamos comparar o que não é comparável. Uma coisa é uma rotunda, outra coisa é uma via que custa três ou quatro milhões de euros, não vamos iludir-nos com isto, é a execução e a aquisição dos terrenos, estamos a falar ali de uma extensão ainda grande da Nacional até lá abaixo à Rua Artur Aires, se me conseguir arranjar soluções eu agradeço-lhe, ainda ponho lá o seu nome num troço da via.

Quanto à Malafaia, foi uma iniciativa do senhor Guimarães da Malafaia, aliás posso dizer-lhe que os municípios são sempre muito aliciados por parte da RTP, da TVI e da SIC, etc para esse tipo de programas, nós não temos entrado nisso pela razão de que eles pedem à volta de trinta mil euros, vinte e oito mil euros, no fundo são despesas de alojamento, de refeições, etc e nunca entramos nisso, embora tenhamos que reconhecer que, em termos de divulgação de território acaba por ser um programa interessante, mas neste caso concreto, sabe o que é que nós pagamos daquele evento? Foi um dia, acho que foi dos dias melhores para Esposende, em termos de promoção do território, goste-se ou não se goste, primeiro porque choveu e grande parte das pessoas ficaram em casa e viram o programa. Foi mau para quem lá esteve, muito bom, aliás disseram-nos de fontes da TVI, que foi o programa que teve mais share, de todos os programas do "Somos Portugal". O que é que nós pagamos daquilo tudo, apenas o aluguer daquela feirinha onde estavam os nossos expositores, de resto pagamos zero. Pagamos apenas os expositores que lá estavam para promover o concelho, mais nada, correu tudo por conta do senhor Guimarães e ele lá saberá da vida dele e, obviamente promoveu o espaço dele, portanto era o que faltava ele não pagar por isso.

Portanto, a resposta é muito clara, a Câmara não pagou nada para além das tendinhas que lá estavam.

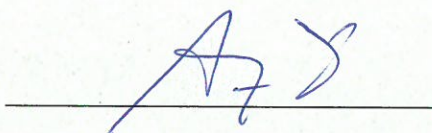
Depois, em relação à referência política que fez de que de alguma forma havia um ostracismo, quanto a isso não tenho nada a dizer, porque isso não corresponde à verdade."-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta

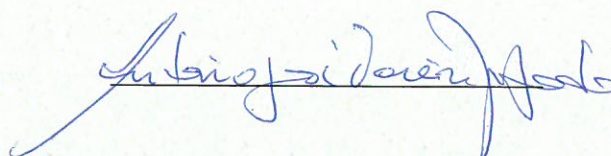
elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 02 horas e 10 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

